TL3087

RAI TIMOR

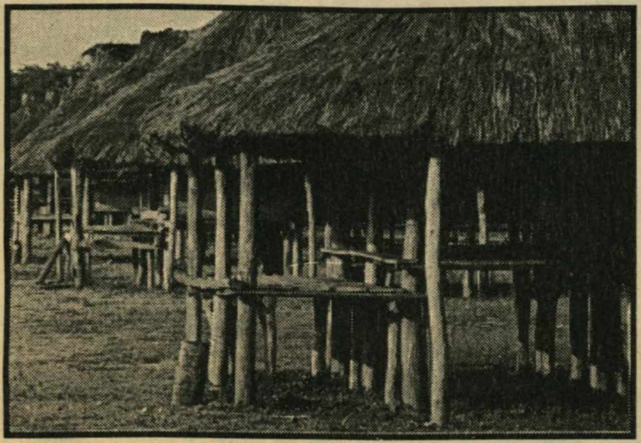
NAÇÃO TIMORENSE

nº0 Setembro de 1996

Jovens resistentes

Padre Francisco Fernandes: a força do espírito. A luta na Internet. O papel do governo de Macau. O que o amanhã pode trazer à diáspora. Xanana deve estar livre. Cinatty.

Estatuto editorial



RAI TIMOR é uma publicação que tem por alvo central a situação política social em Timor-Leste, as comunidades timorenses espalhadas pelo mundo e a busca de soluções para a questão timorense, legada pela história.

RAI TIMOR é uma publicação independente de grupos políticos, *lobbies* económicos ou congregações religiosas. Informar e formar, dentro das concepções clássicas de jornalismo, são concepções por que se rege esta publicação.

RAI TIMOR acredita na viabilidade de uma nação timorense, autónoma e livre de jugos ditatoriais, com relações privilegiadas com Portugal, Austrália e Indonésia num quadro de diálogo fraterno e respeito mútuo.

RAI TIMOR respeita e acolhe os grandes princípios do Estado português relativamente a Timor-Leste, bem como as resoluções da Organização das Nações Unidas relativamente à questão timorense.

RAI TIMOR pretende constituir um traço de união entre timorenses, no interior ou no exterior, e um veículo de debate das grandes questões relacionadas com a causa timorense, sem marginalizar sensibilidades ou tendências.

RAI TIMOR, publicação editada em Macau com periodicidade mensal, tem como desígnio último servir Timor, contribuindo para fomentar nas suas páginas a confiança mútua entre timorenses, sublinhando o que os une e não o que os separa.

RAI TIMOR, publicação em língua portuguesa, propõe-se servir as comunidades timorenses e portuguesas espalhadas pelo mundo, criando intercâmbio de informações entre estas comunidades e a população residente em Timor-Leste.

RAI TIMOR pretende dar voz aos timorenses que não têm outro meio para exprimir as suas mensagens e registar a acção notável desenvolvida em prol da causa timorense, nos mais diversos quadrantes, por diversas personalidades que merecem ser destacadas na comunicação social.

RAI TIMOR, inserida na região Ásia-Pacífico, pretende analisar os grandes temas políticos, económicos e sociais em foco nesta área do mundo em que se joga o destino de grande parte da humanidade.

RAI TIMOR é uma publicação que, não esquecendo o passado, está preferencialmente virada para o futuro, numa perspectiva confiante e optimista. Debater tudo e congregar todos é, a partir de agora, o nosso lema de acção.

FICHA TÉCNICA

RAI TIMOR
NAÇÃO TIMORENSE

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO GRUPO DE MACAU RAI TIMOR **COORDENAÇÃO:** PEDRO CORREIA E PAULO REGO **COLABORADORES:** FRANCISCO MEGA, JOÃO DRAGO, MARIA JOÃO LEAL, SUSANA NUNES **OPINIÃO:** JOSÉ RAMOS HORTA, PADRE FRANCISCO FERNANDES **FOTOGRAFIA:** FRANCK REGOURD **CONCEPÇÃO GRÁFICA:** CARLOS MORAIS JOSÉ
PRODUÇÃO E PUBLICIDADE: CMJ COMMUNICATIONS – AV. OUVIDOR ARRIAGA, 5, 2º/D MACAU. TELEFONE 591865. E-MAIL: cmj@mo.unitel.net

ESTE NÚMERO ZERO DO RAI TIMOR FAZ PARTE INTEGRANTE DO Nº 203 DO PONTO FINAL

SETEMBRO DE 1996

À espera da Justiça

A vida está mais difícil para os refugiados timorenses na Austrália. Os tribunais de Camberra apertam as malhas. São sistemáticas as recusas de pedido de asilo e cidadania. E até parece que de nada adianta protestar.

ANTÓNIO SAMPAIO/LUSA

O FUTURO de mais de 1300 refugiados timorenses actualmente à espera de uma decisão sobre os seus pedidos de asilo político na Austrália poderá ser determinado, esta semana, pelo Tribunal Federal australiano.

Os juízes do Tribunal iniciaram, em Sidney, a audiência do caso timorense Kim Koe Jong, que vai apelar da recusa ao pedido de asilo com base no possível direito à cidadania portuguesa.

Jong, um timorense que foi perseguido pelas autoridades indonésias após o massacre de Santa Cruz, chegou à Austrália com o seu irmão, em 1992.

Depois de ambos os pedidos de asilo terem sido recusados pelo governo, a primeira instância de apelo, o tribunal de Revisão de Refugiados, decidiu que Joe tinha direito a cidadania portuguesa e, como tal, não poderia ter asilo na Autrália.

O seu irmão, no entanto, foi considerado como refugiado por um outro membro do tribunal, tendo recebido o visto de residência, sem qualquer considerando sobre a questão da possível cidadania portuguesa.

EXTREMAMENTE IMPORTANTE

O Tribunal Federal considera o caso como «extremamente importante», decidindo por isso ser necessário que a audiência, agendada para segunda e terça-feira seja presenciada por três juízes.

«Este caso documenta na verdade a hipocrisia que Camberra tem demonstrado em relação a este assunto», disse à agencia Lusa uma fonte jurídica.

«Primeiro, o pai deles ajudou as tropas australianas em Timor, e isso é afirmado até por soldados australianos. Depois um dos irmãos não é português e o outro já é».

Um protesto silencioso organizado pela comunidade católica australiana está já agendado para segunda-feira, em frente ao Tribunal, num caso que se pensa poderá abrir precedentes para determinar o futuro dos refugiados timorenses neste país.

Num comunicado a que a Lusa teve acesso, o grupo Cristãos em Solidariedade com Timor Leste (CISET) considera que a recusa do pedido de asilo não tem qualquer base juridica, dentro da lei internacional.

CIDADÃO TIMORENSE

«Esta decisão foi injusta e desumana. Contemplar deportar pessoas já traumatizadas – incluindo idosos e crianças para o outro lado do Mundo, para um país onde não tem amigos, com uma cultura completamente diferente, é o maior exemplo de hipocrisia, frieza de coração e subserviência ao governo indonésio», considera o comunicado, referindo-se à possibilidade dos timorenses serem deportados para Portugal.

Jong disse à Lusa que gostaria de ficar na Austrália, indicando que não se sente como português, e que deveria simplesmente ser visto como cidadão timorense.

«Apesar do que possa ter acontecido, eu sou timorense e conheço pouco da língua e da cultura portuguesa», disse Jong, falando através de um intérprete.

Este caso será um dos mais importantes de uma polémica que se prolonga há mais de um ano.

Surge também, menos de um mês depois da Lusa ter noticiado que os mais de 1300 refugiados timorenses, actualmente à espera de resposta aos seus pedidos de asilo político na Austrália, deixarão de receber apoio financeiro enquanto aguardam uma decisão sobre o seu futuro.

TRATAMENTO DIFERENTE

Fontes jurídicas indicaram à Lusa que o governo australiano incluiu medidas no seu recente Orçamento de Estado que visam impedir que possíveis refugiados continuem a receber apoio financeiro, depois dos seus pedidos recusados.

Actualmente, refugiados a quem sejam recusados os seus pedidos de asilo político podem recorrer da decisão através do Tribunal de Revisão de Refugiados, beneficiando de constante apoio financeiro governamental.

No entanto, e de acordo com as medidas previstas, os timorenses deixarão de receber os fundos de asistência, agora canalizados através da Cruz Vermelha, caso apelem da decisão negativa do governo aos seus pedidos de asilo.

Paralelamente, Camberra alterou também a fase inicial de processamento dos casos de timorenses que poderão agora ser tratados de maneira diferente dos restantes refugiados.

Numa decisão contraditória a sua actual politica de emigração humanitária, o governo australiano indicou já que, no que diz respeito aos refugiados timorenses, não irá seguir os procedimentos normais para pedidos de asilo.

NUMA DECISÃO CONTRADITÓRIA A SUA ACTUAL POLITICA DE EMIGRAÇÃO HUMANITÁRIA, O GOVERNO AUSTRALIANO INDICOU JÁ QUE, NO QUE DIZ RESPEITO AOS REFUGIADOS TIMORENSES, NÃO IRÁ SEGUIR OS PROCEDIMENTOS NORMAIS PARA PEDIDOS DE ASILO.

A Lusa apurou que, a 1 de Agosto último, representantes do Ministério da Imigração reuniram-se com advogados dos refugiados, a quem terão comunicado que os procedimentos normais não seriam utilizados.

«O governo vai, igualmente, começar a recusar os timorenses, com base na controversa questão do seu possível direito à cidadania portuguesa.

«Até aqui as recusas de asilo eram feitas na base do caso em si e a questão de nacionalidade só era referida no Tribunal de Apelo», disse a fonte.

«A partir de agora todos os timorenses serão considerados pelo Ministério como tendo acesso à cidadania portuguesa, e, assim, recusados. Se apelarem deixarão de receber assistência financeira».

Até Agosto de 1995, o governo australiano considerava todos os refugiados timorenses como cidadãos indonésios, tendo desde então defendido não lhes poder conferir asilo visto poderem ter acesso à cidadania portuguesa.

Em Agosto, o governo enviou cartas a mais de 700 timorenses residentes em Melbourne indicando que tinham «28 dias para apresentar mais informações sobre os seus casos», antes de uma decisão ser tomada.

Este ano, pelo menos 20 apelos apresentados ao Tribunal de Revisão de Refugiados foram já recusados, com a cidadania portuguesa a reacender focos antigos de polémica.

«Isto só está a reacender fogos antigos, com conflitos entre os que apoiam Portugal e os que queriam independência a reaparecerem», disse uma fonte que tem acompanhado o caso.

«As pessoas que fugiram para cá pensavam que estariam seguros e sem problemas. Depararam-se, afinal, com profundas crises e incertezas e, agora, com a possível deportação».

NOVA DENÚNCIA À ONU

Quatro deputados portugueses voltaram a denunciar a violação dos direitos humanos em Timor-Leste numa reunião do Comité de descolonização das Nações Unidas. O presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, Nuno Abecasis, e os deputados Barbosa de Melo, Corregedor da Fonseca e Carlos Luís intervieram no Comité de Descolonização da ONU sobre o problema de Timor-Leste.

CAMPANHA INCENDIÁRIA

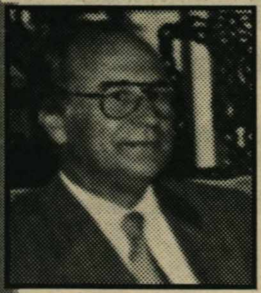
A campanha internacional de boicote a produtos fabricados na Indonésia começou no mês de Julho em Lisboa com a queima de vários artigos de uma conhecida marca de vestuário desportivo fabricados naquele país e de uma bandeira indonésia. Um par de sapatos de atletismo, dois calções e uma camisola, todos com a etiqueta «Fabricado na Indonésia», foram os artigos adquiridos por activistas timorenses num centro comercial de Lisboa e queimados na praça do Comércio. «Quem comercializa artigos indonésios apoia, directa ou indirectamente, o regime indonésio» — denunciou, na altura, o responsável pela campanha, Carlos da Silva Lopes, dirigente da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste.

VIGÍLIA POR TIMOR

Uma vigília frente à embaixada britânica em Lisboa a favor da independência de Timor e contra a «acção cúmplice do Governo inglês» face à Indonésia foi organizada em Julho pela Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste. Motivo directo da vigília: protestar contra o julgamento de quatro inglesas acusadas de destruírem um avião militar durante uma acção de protesto contra a venda de material de guerra pela Grã-Bretanha à Indonésia.

OPINIÕES AMERICANAS

NUMA carta dirigida ao jornal *The Christian Science Monitor*, o embaixador português nos Estados Unidos, Andresen Guimarães, criticou o autor de um artigo de opinião que tentava enterrar a questão dos direitos do homem em Timor por entre o progresso material. Num outro artigo, inserido no jornal *New York Times*, o seu autor, Bob Herbert, insurgiu-se contra o facto de a Nike ter instalado uma das suas maiores fábricas num país (Indonésia) em que são cometidas «atrocidades, incluindo o assassínio inspirado pelo governo, de milhares de civis inocentes». Numa carta dirigida ao mesmo jornal, Andresen Guimarães felicitou o autor do artigo e relembrou que Portugal continua a ser reconhecido pela ONU como potência administrante.


ANDRESEN GUIMARÃES

SENADOR PEDE DIÁLOGO

O senador democrata norte-americano Clairbone Pell considera que não existe uma «solução verdadeira e duradoura» para a questão de Timor-Leste sem a participação dos próprios timorenses. Pell, que visitou recentemente a Indonésia e Timor, manifestou, num relatório apresentado em Washington, cepticismo quanto às negociações entre Portugal e a Indonésia sobre o território, mas declarou-se a favor do diálogo intra-timorense. «A chave está em os próprios leste-timorenses fazerem parte da solução desde o início», escreveu o senador no relatório da sua visita a Timor, entre 25 de Maio e 2 de Junho deste ano.

ANTÓNIO GUTERRES

DESAFIO

O Núcleo por Timor da Universidade Católica, no Porto, lançou um «desafio» ao primeiro-ministro António Guterres no sentido de incluir no Orçamento de Estado para 1997 uma verba de dois milhões de contos «consignados a Timor-Leste». Numa carta dirigida em Julho a Guterres, os estudantes daquela universidade referem que o Estado português «gasta mensalmente um milhão de contos com as tropas que estão na Bósnia, enquanto Timor nunca teve qualquer verba consignada no Orçamento de Estado». Além disso, referem, «torna-se imprescindível e urgente que as palavras e também alguns actos, como a proposta de abertura de uma secção de interesses portugueses em Jacarta, sejam acompanhados de dinheiro para esta nobre causa».

SUGESTÃO ORIGINAL

O líder da União Democrática Timorense, João Carrascalão, defendeu a criação, pelo Governo português, de uma Subsecretaria de Estado para Timor, na dependência directa do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Uma iniciativa que Carrascalão classificou de «inédita» para a resistência timorense e que pretende «levar ao país real o conhecimento da realidade de Timor». O presidente da UDT falava durante uma recepção na Câmara Municipal de Penafiel, onde se encontrou com o presidente deste município, Agostinho Gonçalves.

Refugiados em trânsito

O Governo de Macau gasta por ano um milhão de patacas com os refugiados timorenses. Em viagens, alojamento e subsídio de alimentação. Actualmente existem 63 refugiados no centro de apoio do IASM. À espera de luz verde de Lisboa para rumarem a Portugal. Macau é apenas ponto de passagem para os que fogem do regime indonésio.

MARIA JOÃO LEAL

TODOS os anos o Governo de Macau gasta cerca de um milhão de patacas com os refugiados timorenses. Actualmente o Centro de Sinistrados do Instituto de Acção Social de Macau (IASM), na Ilha Verde, acolhe 63 timorenses. Todos estão à espera de partir. O destino mais provável é Portugal, embora a grande maioria prefira a Austrália, que fica muito mais perto de Timor.

Embora alguns tenham conseguido emigrar para o continente australiano, trata-se de um processo muito difícil. O Governo de Camberra tem vindo a criar cada vez mais restrições. Só estão autorizados a entrar os timorenses que tenham família directa a residir naquele país e cujos familiares provem ter condições para sustentá-los. E, mesmo assim, só obtêm autorização de entrada depois de serem submetidos a uma série infindável de testes de saúde, entre eles o da sida.

Este ano o IASM conseguiu que 18 timorenses fossem aceites na Austrália. A proposta de emigração incluía mais seis pessoas que ainda estão em Macau porque o Governo australiano solicitou testes de saúde adicionais.

O IASM acolhe refugiados timorenses desde 1993. Segundo dados fornecidos por esta instituição, no decurso desse ano – que registou o número mais elevado de entradas – chegaram a Macau 105 timorenses. No ano seguinte entraram mais 71, em 1995 foram 13 e até Julho deste ano entraram 15 refugiados.

«Desde 1993 começámos a receber timorenses em números significativos. Os refugiados timorenses entram em Macau com documentos e passaportes indonésios. Vêm sozinhos ou com a família. Recebem apoio logístico e material enquanto aqui permanecem temporariamente» – revela Fátima Santos Ferreira, presidente do IASM.

EM TRÂNSITO POR MACAU

Macau é um local de trânsito para os timorenses. Todos os anos o IASM encaminha refugiados para o seu destino final. Em 1993, dos 105 timorenses que deram entrada no Território, 40 saíram nesse mesmo ano, rumo a Portugal. No ano seguinte saíram 52 e em 1995 foram 28. Neste momento o IASM tem ainda a seu cargo 63 refugiados. Sete estão em Macau desde 1993, 28 desde 1994, 13 estão há um ano e dos 15 timorenses que entraram este ano ainda ninguém saiu.

Se a entrada na Austrália é complicada, para Portugal o processo, embora mais simples, é igualmente moroso. O Governo de Macau envia os elementos para Lisboa mas só depois de receber luz verde das autoridades portuguesas os refugiados estão autorizados a partir. E às vezes demora muito tempo até que o Governo português dê a indicação de que pode recebê-los.

Enquanto permanecem em Macau, os refugiados timorenses recebem apoio do Governo local. «Além do alojamento em apartamentos do Centro de Sinistrados, o IASM garante o fornecimento gratuito de electricidade e água e ainda um subsídio de alimentação de 30 patacas por dia a cada pessoa» – afirma Fátima Santos Ferreira.

A presidente do IASM adianta que o Governo de Macau assegura o pagamento de um subsídio de instalação de 1.100 patacas a cada refugiado recém-chegado, para gastos pessoais e o mesmo montante na altura da partida. As despesas inerentes à viagem, quer para Portugal quer para a Austrália, está também a cargo das autoridades locais.

DIFICULDADES LINGUÍSTICAS

Fátima Santos Ferreira explica que «os refugiados timorenses que nos chegam não têm meios de subsistência. Como têm muitas dificuldades no domínio das línguas locais, quer o português quer o chinês, as possibilidades de encontrarem emprego são mínimas. Além disso, a maioria também não fala inglês, o que reduz ainda mais as suas perspectivas profissionais».

Para tentar colmatar as deficiências linguísticas dos refugiados, os Serviços de Educação criaram um programa especial destinado aos timorenses. É neste âmbito que, todos os anos, o Centro de Difusão de Línguas (CDL) organiza vários cursos de português.

No ano lectivo de 1993-94 frequentaram as aulas 11 timorenses. No ano seguinte este número sofreu um aumento significativo, tendo implicado a abertura de duas turmas, uma com 11 alunos e outra com 12. Em 1995-96 houve igualmente duas turmas, uma com 11 alunos e outra com 14. Estes cursos destinam-se apenas a turmas especiais vocacionadas para o ensino da língua portuguesa a timorenses. Geralmente os alunos têm bom aproveitamento.

Além da parte curricular, o CDL organiza outro tipo de actividades de apoio à comunidade timorense: convívios, exposições, visitas de estudo, danças do folclore maubere. Os refugiados timorenses podem ainda participar em cursos de informática e outras actividades complementares.

Ao nível do ensino superior, o Governo de Macau apoia financeiramente dois bolseiros que estão já na fase final dos seus cursos (um em Direito e o outro em Gestão de Empresas).

Fátima Santos Ferreira refere que «estes cursos têm sido de grande utilidade, uma vez que vão facilitar a integração destes timorenses em Portugal». De qualquer forma, o objectivo do IASM é conseguir que os mais novos possam vir a frequentar as aulas normais das escolas portuguesas de Macau «de forma a obterem equivalência automática nas escolas de Portugal».

Os alunos que frequentam os cursos do CDL têm depois de pedir a equivalência para Portugal. Isto já aconteceu no ano passado, quando 14 estudantes solicitaram que lhes fosse dada equivalência de estudos com vista à sua integração nas universidades de Portugal.

SAUDADES DE MACAU

Até 1999 todos os refugiados timorenses que se encontram em Macau deverão ter a sua situação resolvida. Serão enviados para Portugal ou optam por permanecer no Território. Neste caso, porém, ficarão enquanto residentes e não como refugiados.

«Os que decidirem ficar em Macau serão considerados residentes logo que cumpram os sete anos necessários para adquirem esse estatuto. Gozarão dos mesmos direitos conferidos aos residentes e deixarão de ter o estatuto de refugiados. Farão, por isso, a sua vida normal e não irão constituir um encargo para a RAEM. Os que não queiram aqui ficar após 1999 terão o apoio do Governo de Macau no sentido de serem encaminhados para Portugal ou para a Austrália» – garante uma fonte do gabinete do governador Rocha Vieira. Muitos dos timorenses que actualmente se encontram em Macau têm ascendência chinesa e depois da transferência do Território para a soberania de Pequim poderão vir a ser considerados cidadãos da República Popular da China.

Há também situações de timorenses que foram para a Austrália e regressam a Macau. E muitos que, uma vez chegados a Portugal, escrevem para o IASM a pedir para voltarem. Ao que parece, as condições oferecidas aos refugiados timorenses são melhores aqui do que em Portugal. Mas estes pedidos acabam sempre por ser recusados pelo IASM: «A nossa função é ajudar os timorenses a chegar a Portugal e não o inverso. Depois de lá estarem, é impossível reverter a situação» – conclui Fátima Santos Ferreira.

TIMOR-LESTE, A CPLP E O BRASIL

JOSÉ RAMOS-HORTA

SE BEM QUE A INDONÉSIA SEJA UM DOS MUITOS PAÍSES DE ELEIÇÃO DO PONTO DE VISTA COMERCIAL, NÃO TEM O PODER DE UMA CHINA. A INFLUÊNCIA POLÍTICA E ECONÓMICA DA INDONÉSIA SÓ SE FAZ SENTIR EM ALGUNS PAÍSES QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES DO SUESTE ASIÁTICO (ASEAN).

NO DIA 17 de Julho de 1976, seis meses após a invasão do território, Timor-Leste (TL) era anexado como «27ª província» da Indonésia. No mesmo dia, 20 anos depois, em 1996, nasceu em Lisboa a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

As datas foram mera coincidência. E Timor-Leste não foi esquecido pelos sete chefes de Estado dos três continentes reunidos em Lisboa. Quando o pragmatismo exagerado de Fernando Henrique Cardoso cede à força moral do apelo de Jorge Sampaio e António Guterres e dos cinco líderes africanos e pronuncia a palavra autodeterminação, Xanana Gusmão e o seu povo respiraram uma nova vaga de esperança. O que estava dado como certo, que as reticências de FHC em relação à luta do povo timorense iriam impedir, pela primeira vez numa reunião de lusófonos, a adopção de uma posição comum sobre TL não se verificou.

As anteriores cimeiras PALOP-Portugal nunca ignoraram o povo irmão de Timor-Leste. Afinal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe sempre estiveram connosco desde a primeira hora e naqueles longos anos em que Portugal encolhia os ombros de indiferença e impotência, eram «os cinco» que suportaram todo o esforço diplomático. Portugal juntou-se a esse esforço um pouco tardiamente, mas tem actuado com firmeza e muita generosidade. Aliás este pequeno país atlântico tem dado provas de uma postura diplomática moral e corajosa muito rara nas relações internacionais, granjeando prestígio para Portugal.

Não sou um estudioso do Brasil e peco por falta de rigor nas minhas observações. Mas vou arriscar algumas. Do que me foi dado observar durante muitos anos na ONU, o Brasil sempre se pautou por uma diplomacia discreta e prudente, privilegiando as relações bilaterais e minimizando o seu envolvimento directo em iniciativas no âmbito multilateral. O Itamaraty privilegia as relações comerciais que resultem em lucros imediatos sem se deter muito a reflectir na outra dimensão das relações entre estados, os direitos humanos. Mas o estado de Direito é, ao fim e ao cabo, o único que a longo prazo assegura uma paz e uma estabilidade verdadeiras necessárias para o desenvolvimento económico e o progresso social.

De 1975 a 1982 (ainda vigorava a ditadura) o Brasil votou a favor de todas as resoluções da Assembleia Geral da ONU nas quais se reconhece o direito do povo de TL à autodeterminação. Quando em 1982 o Brasil co-patrocinou um projecto de resolução sobre TL e um dos diplomatas brasileiros mais credenciados, Sérgio Correia da Costa, fez a apresentação na AG da ONU, a Indonésia protestou e fez diligências em Brasília— mas o Brasil manteve-se firme, não pestanejou.

Mas numa recente entrevista à revista *Visão* o presidente Fernando Henrique Cardoso rejeitava as reivindicações timorenses e reduzia a nossa luta à salvaguarda do português. Como poderemos nós compreender que o Brasil de hoje faça menos por TL que a ditadura? O presidente Itamar Franco e o embaixador José Aparecido de Oliveira, dois grandes homens de Estado brasileiros, nunca omitem Timor-Leste da lista dos seus interesses e preocupações e Aparecido de Oliveira tem sido mesmo um grande admirador de Xanana Gusmão.

O Brasil de hoje surgiu de anos negros de ditadura em que milhares de brasileiros foram vítimas de perseguição, tortura e morte, em que o Brasil encontrou solidariedade e apoio de outros povos. O Brasil de hoje, como Portugal, Espanha, Grécia, Chile, Argentina, África do Sul, Coreia do Sul e Filipinas, países que renasceram de ditaduras sanguinárias, deveria ser um agente interveniente na defesa intransigente dos direitos humanos. Tem essa obrigação e tem autoridade moral.

Mas o Brasil tem estado silencioso, quase indiferente, ausente das trincheiras da luta do povo de TL pela auto-determinação.

DEFESA DE TIMOR

Não pedimos que o Brasil imponha sanções à Indonésia nem, tão-pouco, que corte relações diplomáticas com aquele país.

A defesa dos direitos mais fundamentais do povo de TL à autodeterminação, à independência, à paz e à liberdade não é irreconciliável com uma relação de Estado com a Indonésia. E o Brasil pode conciliar as duas estratégias.

Se bem que a Indonésia seja um dos muitos países de eleição do ponto de vista comercial, não tem o poder de uma China. A influência política e económica da Indonésia só se faz sentir em alguns países que integram a Associação dos Países do Sueste Asiático (ASEAN). Por outro lado, os próximos três anos testemunharão algumas mudanças no arquipélago com uma oposição cada vez mais agressiva e em que o TL começa a figurar no debate público. A Indonésia conhecerá um período de vulnerabilidade e necessitará de mobilizar todos os recursos militares para controlar a situação em Java e Sumatra.

Neste contexto, TL será uma peça sem grande importância estratégica e poderia ser abandonada pelo regime. Daí que hoje, mais do que nunca, é necessária muita convicção e muita determinação para se intensificar as acções de mobilização da comunidade internacional.

Se, por um lado, a Indonésia detém um lugar privilegiado no comércio internacional, é cada vez maior a rivalidade entre os países asiáticos na conquista de mercados regionais e extra-regionais.

Vietname, Camboja, Laos, Bangladesh, Paquistão e Índia concorrem com a Indonésia na oferta de mão-de-obra de escravo. Mas à medida que o movimento sindical ganha força, o crescimento económico indonésio, assente na exportação de produtos manufacturados por uma numerosa *pool* de trabalhadores semi-escravos e na hipoteca das suas vastas riquezas naturais, conhecerá um período de abrandamento e recessão.

A dívida externa indonésia (100 mil milhões de dólares) é a terceira maior do mundo e o seu serviço de dívida o segundo maior.

DESCRENÇA BRASILEIRA

Apesar das inúmeras demonstrações da sua enorme capacidade e dinamismo, a resistência timorense ainda tem muitos profetas de pessimismo e derrota. Na entrevista à *Visão*, Fernando Henrique Cardoso não esconde a descrença e deseja apenas que os timorenses aprendam o português.

Ora, o português é apenas uma dimensão da luta do povo timorense, não mais importante que o factor histórico, cultural, religioso. O povo timorense não luta e morre apenas para que alguns turistas brasileiros não venham a ter dificuldades de comunicação se decidirem passear por aquela relíquia do império português.

O povo de TL luta pela autodeterminação, pela independência, pela paz e pela dignidade e não se vergará jamais perante a força do inimigo e os desafios que se lhe apresentam. O projecto de um TL independente, livre e soberano, de língua portuguesa deveria ser assumido pela CPLP com convicção, coragem e generosidade.

Com um TL independente alargar-se-ia até à Ásia Oriental o espaço geográfico, linguístico, cultural, diplomático e económico da CPLP. Com as suas consideráveis riquezas naturais (petróleo, gás natural, mármore, café, pescas, turismo), TL (20 vezes o tamanho de S. Tomé e Príncepe, cinco o de Cabo Verde e 40 o de Singapura) poderá constituir-se num pólo de investimento e entreposto comercial da CPLP na região.

TL não deveria ser assumido apenas como uma obrigação moral dos países membros da CPLP. Há razões de Estado que aconselham a que os Sete se batam pelo projecto de um TL independente, livre e soberano, a única presença viva da lusofonia na região Ásia-Pacífico. Talvez o Brasil nunca compreenda a dimensão moral da causa timorense. Mas os homens de negócios brasileiros poderão concluir que o Brasil mercantilista de hoje tem a ganhar com TL livre e independente.

José Ramos Horta é representante pessoal de Xanana Gusmão, líder da resistência timorense. Este artigo foi originalmente publicado no semanário Expresso, de Lisboa.

UM AMIGO EM APUROS

XANANA GUSMÃO FOI PRESO EM NOVEMBRO DE 1992. TODOS OS AMIGOS DA LIBERDADE, EM QUALQUER PARTE DO MUNDO, TÊM ESTA TAREFA AO ALCANCE DAS MÃOS: XANANA TEM DE SER LIBERTADO. O MUNDO AGORA CONHECE TIMOR, EM GRANDE MEDIDA, PELA ACÇÃO PESSOAL E OUSADIA DE XANANA.

FRANCISCO FERNANDES

XANANA GUSMÃO tomou a liderança da guerrilha timorense em condições difíceis. Por ocasião da morte do guerrilheiro fundador Nicolau Lobato, em combate com as forças indonésias em Dezembro de 1978, a guerrilha timorense estava então quase dizimada.

Hesitações internas e tentativas de unificação de vários grupos de resistentes arrastaram anos uma decisão sólida sobre a substituição de Nicolau.

Curiosamente, na época, poucos esperavam a escolha de Alexandre Gusmão. Ele alinhou com a Fretilin desde o 25 de Abril. Mas como estudante ou funcionário, pedreiro (para sobreviver na Austrália) ou militar e militante da Fretilin, poucos lhe adivinhariam a fibra de líder. A distinção que lhe recordo, dessa época, foi um prémio de poesia com que foi galardoado.

A ocupação de Timor pela Indonésia levou-o a seguir para as montanhas, ao lado de Nicolau Lobato.

Mas a sua chegada à liderança foi assinalada por alterações da estratégia da guerrilha timorense. As forças da guerrilha deixaram de tentar defender territórios que ocupavam. Seguindo o mote de Mao Tsé-Tung, os operacionais passaram a organizar-se em pequenos grupos, privilegiando a mobilidade e a surpresa das acções da guerrilha, quando antes se optara por manter fronteiras de território libertado.

Xanana aconselhava os aldeões a não resistirem abertamente às forças da Indonésia, seguro de que o apoio logístico da população rural à guerrilha era indefectível em qualquer caso.

A nova estratégia era, a bem dizer, uma emergência, já que as forças da guerrilha estavam então reduzidas a talvez um quinto, após poderosas ofensivas das tropas ocupantes.

A táctica anterior assentara, por outro lado, numa resistência dispendiosa em armas e munições. O arsenal quase secara. As novas ordens eram para só disparar quando houvesse segurança de abater um inimigo.

A nova mobilidade permitiu a reorganização dos restos das Falintil, as forças da Fretilin.

DISCRETO CARISMA

Mas a fibra do novo líder revelou-se de outras formas. Xanana é afável e descontraído, um contraponto do reflexivo e reservado líder que o antecedeu. As suas características pessoais tornaram fácil a aproximação de grupos dispersos de resistência que, aqui e ali, actuavam no meio rural de Timor-Leste. O momento de retracção da resistência aconselhava a unidade, e o seu discreto carisma, a sua persuasão catalizaram a integração, sob o seu comando unificado, dos vários grupos, da Fretilin como de fora.

Xanana convenceu-se de que não poderia contar com ajuda externa e teria essencialmente os timorenses para se apoiar. O facto é que o movimento no interior restabelece-se e prolifera. Por outro lado, a táctica da rendição das aldeias permite à camada jovem novas oportunidades de estudo nas cidades. Os jovens mantiveram, no entanto, a sua fidelidade a Timor e estavam mentalizados para levar a guerrilha ao meio urbano.

Várias acções sublinharam esta nova situação. O ataque armado à estação de Rádio e Televisão, em Marabia, no 10 de Junho de 1980, incêndios nos paióis e no Mercado Municipal de Díli, mais um ou outro golpe de mão.

Há agora organização clandestina entre os jovens estudantes de Díli, que começam a manifestar-se ruidosamente sempre que alguma personalidade importante visita a capital timorense. Isto aconteceu durante as visitas do embaixador dos Estados Unidos em Jacarta, do Núncio Apostólico, do Papa, ou a celebração dos 50 anos da diocese de Díli, por exemplo. As operações militares para aniquilar a resistência não conseguem impedir que esta se reforce e alastre da montanha até à capital. A importância do movimento é atestada pela preocupação dos generais javaneses, por vezes publicamente admitida pelos próprios.

TENTAR A PAZ

Fez algum brado internacional que, em Março de 1983, o coronel Purwanto, comandante supremo indonésio em Timor-Leste, tenha procurado Xanana. Encontraram-se em Lariguto, uma zona da guerrilha, para entabular conversações. Seguiu-se um cessar-fogo de facto.

Mas o encontro entre Purwanto e Xanana desagradou ao então chefe do estado maior general, em Jacarta, o general Benny Mordani, que puniu o seu comandante em Timor. Em Agosto do 1983 o cessar-fogo foi violado pelos indonésios.

Mordani prometeu aos comandantes militares, que se foram sucedendo em Timor, o generalato contra a captura – vivo ou morto – de Xanana. Mas nem o coronel Prabowo, genro do presidente indonésio Suharto, pôde beneficiar da promoção por essa via.

A mobilidade de Xanana, de facto, aumentara nos últimos anos, a julgar pelos ecos de inesperadas fugas, isolado, após contactos com forças da Indonésia, em Díli e noutros locais.

É proverbial aquele encontro em que Xanana, suposto jardineiro num quintal de Díli, desviou pessoalmente a direcção de buscas dos militares indonésios que o procuravam mas não o reconheceram. Conta-se que os indonésios, reconhecidamente supersticiosos, prenderam um dia um cão, único ocupante de uma casa onde criam estar escondido Xanana. Para cúmulo o cão fugiu do transporte militar.

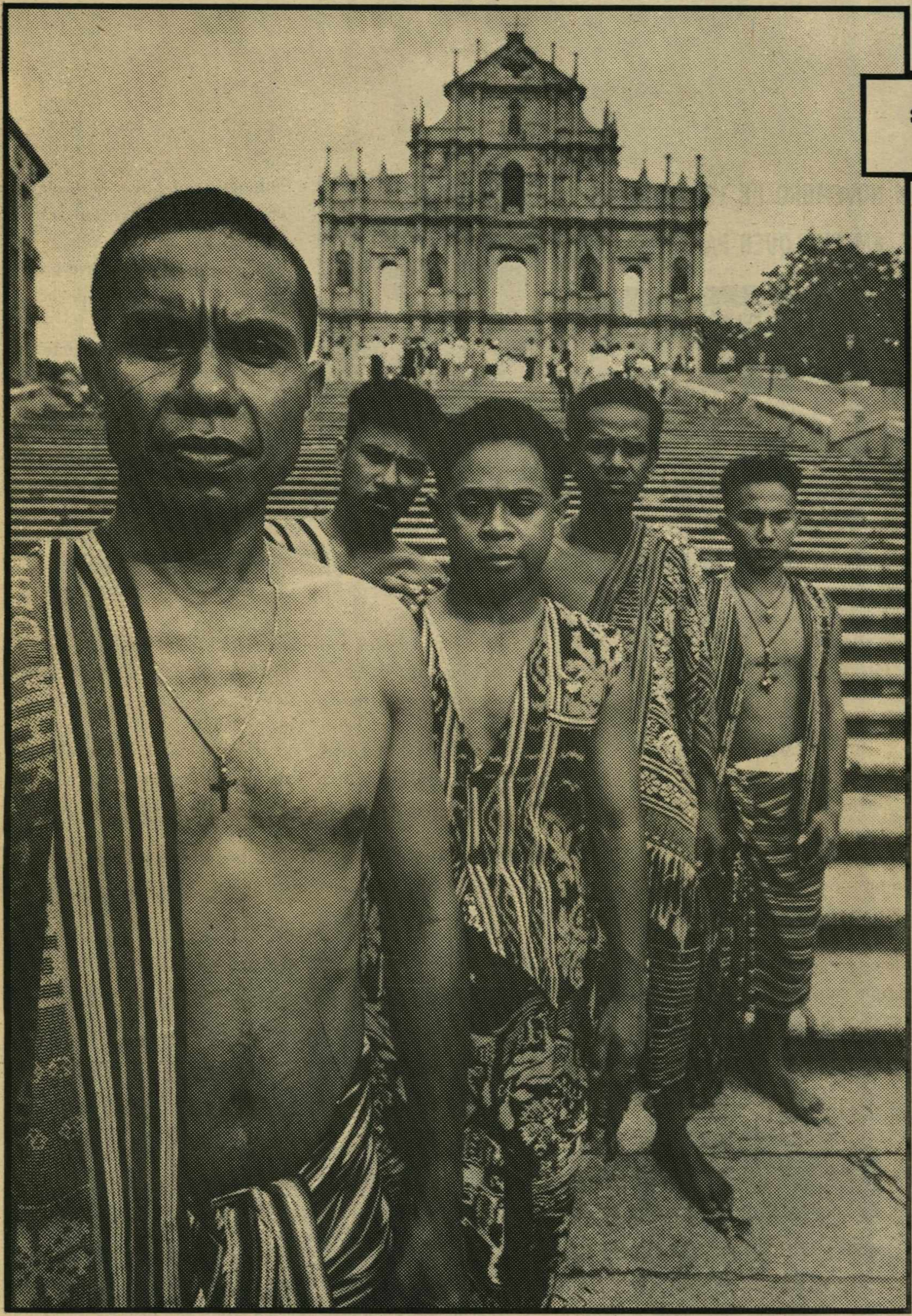
Comentou-se em Díli o episódio, tido como prova de que nada haveria a fazer contra aquele diabo português.

A realidade é diferente. Xanana foi preso há cinco anos. Só o futuro dirá das consequê-ncias, para a luta dos timorenses, deste virar de página após os cerca de dez anos da sua liderança carismática.

Desde então todos os amigos da liberdade, em qualquer parte do mundo, têm esta tarefa ao alcance das mãos. Xanana tem de ser libertado. O mundo olha agora para a Indonésia. Conhece agora Timor, em grande medida, pela acção pessoal e ousadia de Xanana.

Está, portanto, nas mãos de muitos, em todo o mundo, um pouco da luta dos timorenses pela liberdade.

Resistir em Macau



FOTOS DE FRANCK REGOURD

SUSANA NUNES

Há dezenas em Macau. Vivem quase todos no centro de refugiados da Ilha Verde. Fugidos de Timor: porque lá não se sentiam seguros e também pela proximidade do enclave português. Para além de encontrarem familiares ou amigos.

TODOS ocupam o tempo a aprender português no Centro de Difusão de Línguas, em Macau. São estudantes aplicados. Objectivo comum: estudar. Para depois voltarem à terra natal. E poderem contribuir para o progresso de Timor.

O resto já se sabe: querem a autodeterminação, querem que Xanana Gusmão seja libertado, querem a condenação da Indonésia, querem viver livres e felizes.

São vidas cheias de esperança, apesar do sofrimento.

Dos sete com quem chegámos à fala, todos querem ter um diploma na mão. Para poderem lutar com mais eficácia contra os ocupantes indonésios. «Quem não tem estudos nada pode fazer» — alegam. E com razão.

O João é o mais velho do grupo. Tem 38 anos e muitas histórias para contar.

Lembra-se bem da invasão da sua terra. Foi em Dezembro de 1975, tinha 17 anos na altura.

O João é dos que garantem que a invasão não surpreendeu ninguém, os que lá viviam tinham a certeza de que os militares não eram para brincadeiras. Na altura era um simples estudante no liceu mas já ouvira falar do ultimato: se as forças de Timor-Leste não se rendessem até ao dia 6 de Dezembro, a invasão consumava-se. Para ele, portanto, não houve novidade.

João começou cedo a resistir. Resistiu inclusive à ideia de contar com os portugueses que lá estavam na altura. Resistiu também à ideia de não compreender porque é que a gente lusa abandonava Timor à sua sorte.

Depois do 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas, em Lisboa, defendeu o desmantelamento das províncias ultramarinas. Até isso o João compreendeu.

APÓS A INVASÃO

Depois da invasão indonésia, para João chegou o momento de lutar a sério pela vida. Entre 1975 e 1977 viveu no mato, nas montanhas, na clandestinidade. Fazia parte da OPJT — a Organização Popular dos Jovens Timorenses. As raparigas pertenciam à OPMT, a congénere feminina.

Sentia que devia combater os invasores, mas nunca quis ser herói, não se meteu nunca na linha de fogo. «Não dou para tropa!» — confessa ele.

Em 1979 desceu das montanhas, ganhou uma bolsa de estudo e foi para Java Central, esteve por lá em 1984. Como estudante na Indonésia, foi dos primeiros a regressar à clandestinidade. Estava com aqueles a quem chama irmãos: Abílio Araújo e Ramos Horta.

Em Java, João era o correio que fazia a ponte entre os guerrilheiros e o exterior. Enviava cartas, encomendas, fotografias. Embora tivesse uma rede bem montada, acabou por ser apanhado. Corria o ano de 1983.

Foi assim: tinha recebido dólares da diáspora, entregou o envelope ao bispo D. Martinho da Costa Lopes mas, antes do prelado poder trocar o dinheiro em rupias e enviá-lo para o mato, o envelope foi interceptado. No destinatário estava o nome de João, com a sua morada em Java.

Ele decidiu fugir. Foi à embaixada da Holanda, a entidade que na altura tratava dos assuntos de Portugal em Jacarta. Já tinha os papéis prontos para a fuga quando soube que as tropas indonésias lhe haviam capturado o irmão para o obrigar a entregar-se. João não teve coragem de prejudicar o irmão, casado e com filhos. Conclusão: entregou-se.

Levado a julgamento, foi condenado. Ficou cinco anos detido em Díli. Não o enviaram para Cipinang, onde agora está Xanana Gusmão, porque ele conhecia bem o interior da Indonésia.

CRER NA DIPLOMACIA

Enquanto esteve preso, João foi torturado. Depois saiu e voltou para Java. Continuou sempre a resistir, mas com mais cuidado...

Hoje acredita na diplomacia. Acredita que o diálogo deve manter-se em todas as circunstâncias, tanto entre timorenses e indonésios como entre indonésios e portugueses. Mas

não esquece: «Já se passaram 21 anos e nada de concreto se fez por Timor». João defende que Lisboa devia «endurecer posições para baixar a crista dos prepotentes indonésios». Portugal «até faz parte da poderosa União Europeia»...

E quanto às guerras da resistência no exterior? João acha que «são pequenas questões». Ele acredita que, no fundo, estão todos unidos. «Estas guerras não passam de distracções».

João está em Macau há mais de um ano. Há cerca de três meses chegou ao Território a irmã mais nova. Chama-se Delfina. Tem 20 anos e não seguiu as pisadas do irmão, que é praticamente engenheiro civil. Se não tivesse fugido, João já estava formado.

A polícia indonésia nunca lhe fez mal, fisicamente, mas Delfina ficou marcada psicologicamente. Viu o sofrimento do irmão e dos pais. «Ela não quis passar pelo mesmo e até acabou por ter alguma sorte» — conta João, menos tímido do que Delfina. Ela esteve no cemitério de Santa Cruz, no trágico 12 de Novembro, mas os amigos, quando viram chegar a polícia, atiraram-na pelo muro e ela conseguiu escapar ilesa.

Mas ficou o susto. Delfina esteve três dias sem comer. O irmão, que não estava em Dili na altura, quando soube o que tinha acontecido disse-lhe: «Se cá estivesse eu, não era preciso os indonésios baterem-te; fazia-o eu que é para não te meteres».

Mas o massacre de Santa Cruz não passou ao lado do Joaquim, um jovem de 19 anos, há poucos meses residente em Macau. Estava no cemitério quando chegaram os militares indonésios. Levou três tiros, quase se esvaiu em sangue. Hoje está na lista negra da polícia secreta de Jacarta.

Ele conseguiu escapar mas um primo, que estava com ele, morreu.

O maior ídolo de Joaquim é Xanana Gusmão. Nem poderia ser de outra forma. Ele cresceu a ouvir as histórias do líder da resistência timorense, cresceu também a ouvir os pais dizerem que os portugueses são boas pessoas, mas sem coragem para os ajudar. Mesmo assim Joaquim sente-se português.

Joaquim é dos que mais acredita numa solução a breve prazo para Timor. «Se não acreditassem, porque é que haveriam de continuar a lutar?» — interroga-se.

«Esta conversa vai servir para mandar uma mensagem aos líderes da resistência no exterior» — diz Joaquim. «Unam-se, não deixem os problemas pessoais interferir na luta que é de todos» — acrescenta.

A irmã de Joaquim também está em Macau. Chama-se Ana, parece mais decidida e pronta a atacar quem lhe faz mal — a ela ou a alguém que ela ame. É mais nova um ano que o Joaquim: tem 16 anos.

Sem papas na língua, Ana vai logo dizendo que, mesmo sem perceber nada de política, acha que o actual Governo de António Guterres «já fez mais por Timor do que o de Cavaco Silva». E acrescenta: «Eles já apresentaram propostas concretas, não se limitaram só à conversa, apesar de falarem mais e fazerem menos, como fizeram os laranjas».

Ana sente muitas saudades da família e dos amigos que ainda estão em Timor, mas vai dizendo que «tinha a obrigação de sair, para estudar, ser alguém, e fazer frente ao regime de Suartho».

«Os jovens é que devem sair», diz. «Os pais e os mais velhos devem continuar em Timor». Ana diz que é triste mas tem de ser assim...

Sobre o 12 de Novembro de 1991, eis a opinião de Ana: «Foi mais um massacre, igual a centenas de outros que aconteceram ao longo dos últimos 21 anos. Mas, como a televisão o mostrou, o mundo abriu os olhos e já ninguém podia negar que sabia o que lá se passava».

Ana nunca foi presa ou torturada. Mas sabe o que isso é. Sentiu-o na pele um dia, quando os indonésios lhe entraram casa dentro, aos tiros, às três da madrugada, para lhe prenderem o pai...

Ana não esconde que ainda hoje este é o seu maior trauma. Depois viu o irmão baleado no 12 de Novembro, perdeu definitivamente a inocência de menina.

«Admiro o meu pai, que ainda faz parte da rede clandestina», sublinha. Ela e o irmão costumam falar com os pais pelo telefone. Mas se a conversa vira para a política, ou para a situação em Timor, a ligação sofre interferências e quem está ao telefone percebe que o telefonema está a ser gravado... «Telefonar é arriscado, mas as saudades são muitas!»

LUTAR E REZAR

António é o timorense, deste grupo, que está em Macau há mais tempo — chegou em 1994. Tem 25 anos e um rosto marcado pelo sofrimento.

Já passou por tudo. Foi esfaqueado em Santa Cruz. A polícia levou-o para o hospital, onde acabou por ser espancado. Para comer deram-lhe arroz com cera. Para ele, não foi a primeira experiência do género. Em 1989 estudava Direito na Universidade de Díli, um dia os estudantes fizeram uma manifestação, a primeira de muitas. Prenderam-no, interrogaram-no, torturaram-no. Só o tempo viria a curar as feridas.

António sempre esteve ligado à resistência. Quando o levaram para o hospital, depois do 12 de Novembro, passou três meses no hospital. Onde, apesar de estar muito mal, deu apoio aos mais novos e inexperientes.

Mal saiu do hospital, levou a resistência mais a sério. Pegava em armas se fosse preciso, estava na lista negra, tinha o destino traçado. Até que um bom amigo o aconselhou a fugir. Foi o que fez.

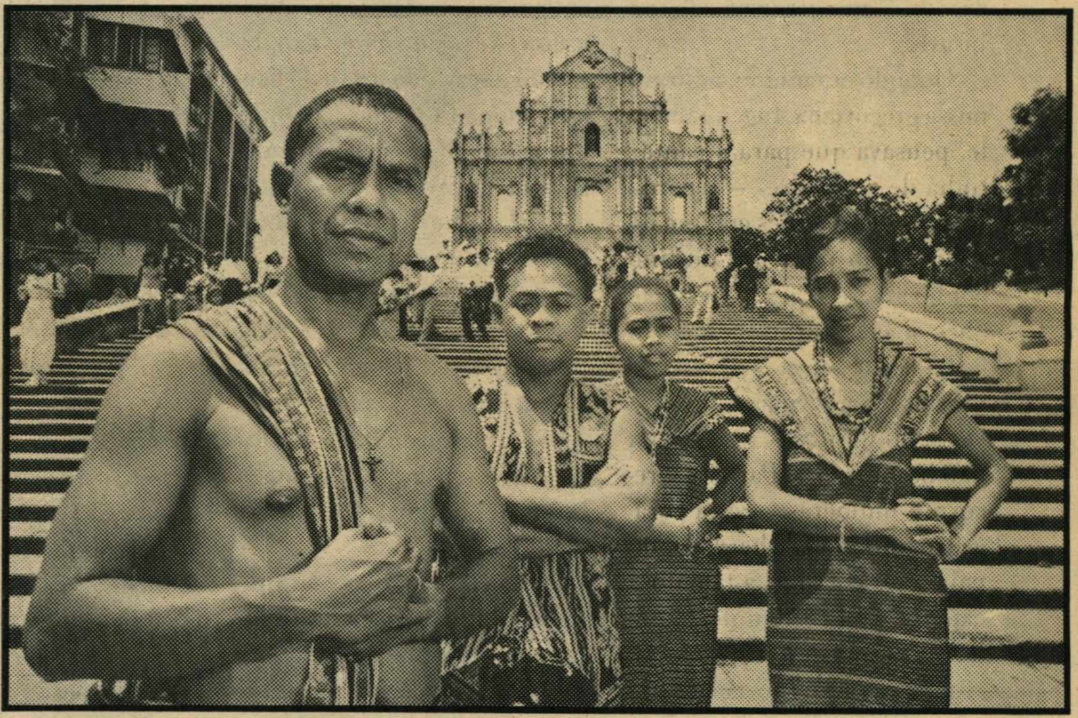
Primeiro saiu pela noite, de barco, até Bali. Aí uns amigos ajudaram-no a apanhar um avião para Hong Kong. Só depois chegou a Macau.

António garante que em Timor todos os jovens estão unidos e cada vez mais se alistam na resistência. Nem querem ouvir falar de acordos com o regime indonésio. Para eles a palavra de ordem é lutar — lutar sempre, até morrer.

«Não sei o que pensar sobre a actividade passiva de Portugal, ou melhor se calhar até sei, mas prefiro não dizer.

O que ele sempre ouvi dizer desde 1977, o ano em que fui para o mato, que o melhor era nós, timorenses, contarmos só connosco próprios e rezar» — revela António, acrescentando que «nessa altura só as ex-colónias portuguesas em África é que ajudaram os timorenses».

QUEREM TER UM DIPLOMA NA MÃO. PARA LUTAR COM MAIS EFICÁCIA CONTRA OS OCUPANTES INDONÉSIOS. «QUEM NÃO TEM ESTUDOS NADA PODE FAZER» — ALEGAM. E COM RAZÃO.



SÃO JOVENS TIMORENSES, VIVEM DE MOMENTO EM MACAU. XANANA É O ÍDOLO DE TODOS. ALGUNS AINDA SE SENTEM PORTUGUESES.

ÓDIO E VIDA

Coragem é o que se vê estampado na cara do Afonso. Ele queria acabar o curso de Agronomia em Timor, mas teve mesmo de abandonar o território.

Chegou há nove meses a Macau. Com uma vontade muito forte de continuar a estudar. São 21 anos cheios de ódio e de vida.

Afonso começou cedo a sofrer. Tinha um ano apenas quando a Indonésia invadiu Timor. Os pais levaram-no para as montanhas, para a vida clandestina, até completar seis anos. Pátria, para ele, significava montanhas, árvores e escuridão. Em 1980 rumou a Baucau. Não tinha ainda consciência do que se passava. Só quando foi para a escola compreendeu que algo estava errado: havia perseguições, e bombardeamentos aéreos.

Da primária ao liceu, foi um passo. E daí para a universidade foi outro. Era bom aluno.

Nunca tinha participado numa manifestação antes do 12 de Novembro. Também foi ferido no cemitério, teve o mesmo tratamento que o António...

Afonso explica que só ingressam na Resistência os rapazes das aldeias mais remotas. «É que os rapazes da cidade podem não aguentar o sofrimento do mato, onde é preciso saber sofrer.» É por isso que os jovens com estudos estão todos a sair. Para lutarem de outra maneira, com um curso na mão.

O maior sonho da vida de Afonso é voltar para Timor, com liberdade e perspectivas de uma vida normal.

E o sonho comanda a vida. Que o diga o Ivan. Para conquistar o sonho de estudar e ser alguém, foi para Java e depois para Jacarta. Da capital indonésia partiu para Macau, há pouco mais de um mês.

Ainda olha para os portugueses com um olhar desconfiado. Não percebe porque lhe fazem tantas perguntas...

Sempre a falar tétum, Ivan vai dizendo ao João para me dizer a mim que está triste por estar longe dos pais e da família. Mas teve de vir embora. Em Jacarta já era demasiado conhecido, rodeava-se de activistas indonésios pró-democracia. A polícia estava sempre a vigiá-los. Ivan estava no primeiro ano de Direito da Universidade Católica em Jacarta. Ali foi fácil arranjar apoio para lutar contra as acções islâmicas. Ali todos defendiam os valores cristãos. Mas o apoio não lhe valeu de nada, porque teve de fugir.

Também esteve na manifestação de 12 de Novembro, em Díli. Foi ferido e detido. Depois os indonésios deixaram-no ir para casa, mas tinha de se apresentar na semana seguinte...

Voltaria a ser apanhado numa manifestação em que participavam também activistas indonésios pró-democracia. O nome dele ficou registado. Para não ser preso, fugiu.

Chegou a Macau com 20 anos. Depois de os tios que tem na Austrália lhe terem dado o contacto do padre Francisco Fernandes, telefonou-lhe e pediu ajuda. O padre Chico ajuda todos os refugiados timorenses.

Ivan sabia que Macau ainda é território sob administração portuguesa. Aqui tinha a garantia de encontrar muitas portas abertas. Ao chegar aqui, não falava uma palavra de português. Entretanto só assistiu a três aulas no Centro de Difusão de Línguas. Depois começaram as férias de Verão...

Com uma *T-shirt* a pedir a libertação de Timor e um emblema de Xanana Gusmão na lapela, Ivan fica mais descontraído quando percebe que a conversa está a terminar. Confirmo entretanto que nenhum destes jovens timorenses tem de momento uma ocupação profissional. Apenas João começou a tratar da papelada para poder trabalhar. Os outros passam os dias a sonhar com Timor livre e a família enfim reunida...

Deus, Física

Quando Francisco Fernandes hesitou entre uma vida normal e um percurso de batina era tarde. Uma educação fortemente orientada no segundo sentido, aliada a pressões familiares, não lhe deu margem para a primeira opção. O padre Chico soube, no entanto, tirar o máximo partido da missão que já cumpre há 50 anos: servir Timor e os seres humanos «para quem não basta rezar».

JOÃO DRAGO

SE PUDESSE começar tudo de novo, provavelmente hoje seria engenheiro, físico ou qualquer coisa do género académico que sempre o fascinou: a ciência dos fenómenos materiais. A paixão precoce pela música, em geral, e o canto, em particular, acabaram por conduzi-lo a uma inesperada carreira eclesiástica, embora com tradições na família – um dos primeiros padres de Timor era irmão do seu bisavô.

«Quando era miúdo, adorava missa gregoriana. Ingenuamente, pensava que para a cantar tinha de ser padre» – recorda Franciso Fernandes em tom de justificação para um destino conformado, traçado aos sete anos de idade, que já cumpriu as bodas de ouro. Dele tirou o máximo partido para os outros, «os seres humanos para quem não basta rezar». Para isso, recorreu inúmeras vezes à coragem e frontalidade herdadas do pai e outras tantas à talentosa capacidade de comunicar com terceiros transmitida pela mãe, cuja imagem que retém na memória é a de «uma mulher muito meiga, com uma rara vocação medianeira para todas as ocasiões».

Esta é, de resto, uma característica nata do clã Fernandes, apelido associado à classe aristocrática do ano de 1936, que viu nascer Francisco, o mais jovem de oito irmãos, a 24 de Maio. Ou não tivesse o pai herdado o título de régulo que a família detinha nas regiões de Clacóc e Betano, na costa sul de Timor, desde o século XVIII. «Era uma espécie de autoridade tradicional que servia de intermediário entre o povo e as entidades administrativas e militares da época», esclarece o padre Chico, que partilhou apenas os primeiros quatro anos de vida com o seu progenitor.

Decorria a Guerra do Pacífico quando uma fragata australiana encalhou ao largo da costa, então muito frequentada por embarcações militares que ali se abasteciam. O líder da região não hesitou em proteger do inimigo japonês as duas dezenas de marinheiros forçados a vir para terra, que acabariam por regressar, sãos e salvos, a casa. A fragata é que não. Ficou ali a servir de prova do bem intencionado «crime». «Quando os japoneses descobriram, assassinaram o meu pai». Como ele, foram mortos muitos timorenses por gestos nobres e vitais para com australianos. Daí a forte empatia que ainda hoje perdura entre os dois povos. «Se não fossem os timorenses, o Japão tinha invadido a Austrália a brincar. Os australianos fizeram a sua guerra no nosso território».

Três anos depois deste infeliz e marcante episódio de infância, Francisco Fernandes ingressa no Colégio Nuno Álvares Pereira, fundado por jesuítas em Soibada, centro de Timor. Por ali passou boa parte dos mais reputados nomes da sociedade timorense. Tinha fama de ser o melhor colégio em território maubere, mas a disciplina espartana por que se regia nunca fez dele um «cartão de visita» aliciante, sobretudo para quem não antevia um futuro de batina. «A comida era horrível e tinhamos de nos levantar muito cedo». Além disso, eram obrigados a saber declamar e cantar em português, a única língua admitida dentro das quatro paredes. E quem não soubesse jogar futebol «era maricas».

FRANCISCO FERNANDES FEZ PARTE DO PRIMEIRO GRUPO QUE FOI RECEBIDO EM MACAU, NO SEMINÁRIO DE S. JOSÉ, ONDE ENTROU COM 16 ANOS. QUANDO SAIU TINHA 24 E TRAZIA CONSIGO OS DIPLOMAS DE TEOLOGIA E FILOSOFIA, BEM COMO UM CONHECIMENTO PROFUNDO SOBRE AS LEIS DA FÍSICA.

DE TIMOR A MACAU

Em 1951, terminado o «regime militar» em Soibada, parte para o Seminário Menor de Dare, onde conclui o sexto ano de escolaridade. A sua carreira de seminarista fica, então, dependente de Macau. É que, apesar de Timor ter a sua própria diocese desde 1940, a verdade é que, 15 anos depois, em virtude da guerra e do consequente exílio em território australiano de uma substancial «fasquia» de padres timorenses, o recurso à cidade do Nome de Deus era a única saída para dar continuidade à formação dos jovens seminaristas.

Francisco Fernandes fez parte do primeiro grupo que foi recebido em Macau, no seminário de S. José, onde entrou com 16 anos. Quando saiu tinha 24 e trazia consigo os diplomas de Teologia e Filosofia, bem como um conhecimento profundo sobre as leis da Física, que adquiriu por obra e graça da sua vincada «costela» de auto-didacta. «Nessa altura, devorava todos os livros da especialidade que encontrava nas livrarias de Macau», lembra o padre timorense.

Quando terminou os seus estudos no seminário de S. José, em 1963, Francisco Fernandes chegou a escrever ao bispo açoreano que então dirigia a diocese de Macau, D. Jaime Garcia Goulart, a pedir autorização para tirar o curso de Física. A resposta do seu superior hierárquico não podia ter sido mais esclarecedora: «Timor não precisa de físicos, precisa de missionários».

Por momentos, hesitou entre uma vida normal e a carreira eclesiástica, que, afinal, nunca entendeu como condição sine qua non «para poder servir o povo». Mas a atestada educação orientada no segundo sentido, aliada a fortes pressões familiares, demoveu-o da primeira opção. «Acabei por embarcar para Timor».

Corria o Verão de 1963 quando foi ordenado padre e, de seguida, colocado num colégio região montanhosa Bobonaro, junto à frontei com a Indonésia. Nas proxin dades, havia um quartel q passou a frequentar assidu mente, porque achava piada vida de militar, independen mente das anedotas e palavrõ produzidos pelos oficiais cavalaria de serviço. «Era u rapaz novo e acanhado, acal do de sair de um seminári Tinha de começar a ganh coragem».

A BOLA EM TIMOR

Os seus laços com os mili res portugueses em Timor m tiveram-se mesmo após ter si transferido, seis meses depo para a missão de Ermera, gião rica em café, situada a c

e Timor

ca de 60 quilómetros a Oeste de Díli. Com efeito, ali perto estava instalado um regimento militar que depressa conquistou e onde criou o hábito de ler A Bola e outros jornais que circulavam na altura.

Em 1965, curiosamente, regressa ao Colégio Nuno Alvares Pereira. Desta vez na qualidade de director. «A primeira medida que tomei foi melhorar a alimentação, pois lembrava-me bem da fome que ali tinha passado».

Com empenho do povo e ajuda dos soldados que passaram a frequentar o colégio – «alguns ensinavam o fado aos nossos rapazes» –, decidiu reconstruir a velha capela de Nossa Senhora de Aitara. Quando os trabalhos estavam quase concluídos, a diocese, «que nem sequer tinha gasto um avo com aquilo», mandou cancelar a obra com receio de que a PIDE a interpretasse como um gesto nacionalista. O padre recusou a ordem do bispo e não esteve com meias medidas: «Fui falar com o inspector de serviço e resolvi a questão».

Hoje a referida capela é visitada, anualmente, por cerca de 40 mil pessoas e o próprio bispo que a tentou «boicotar» promoveu-a, mais tarde, a centro de peregrinação.

O episódio de Aitara é apenas um exemplo, entre muitos, da postura que Francisco Fernandes tem tomado, ao longo da vida, no terreno em que actua. «A Igreja não pode estar em Roma a dar ordens, sem conhecer o dia-a-dia das pessoas», observa o padre Chico, para quem as doutrinas a cumprir não devem ser um travão à resolução dos problemas sociais. É contra uma Igreja fechada e alienada dos problemas humanos e a favor da sua aproximação ao povo sem medo de errar e de «dar cabeçadas». Porque acha que ninguém está livre delas. E, afinal, «o amor a Deus passa pelo amor aos homens».

Francisco Fernandes conhece Timor palmo-a-palmo. Ao longo da década de 60, prestou serviço nas regiões mais pobres e circulou pelas mais ricas. Em sucessivas missões católicas e frequentes passeios na companhia de um velho amigo engenheiro, antigo chefe de uma missão geográfica. É com base na experiência que define o povo timorense como «muito português».

Nas inúmeras incursões que fez de norte a sul do território teve oportunidade de observar bandeiras e outras manifestações de culto à República nos mais recônditos lugares por onde passou. Havia, aliás, uma imensa procura da cultura portuguesa. «A oferta é que era pouca».

Em sua opinião, as semelhanças entre lusos e mauberes são mais vastas do que a língua. «É um povo saudosista por excelência e tímido por natureza, mas com o espírito determinado de um guerreiro». A hospitalidade é outra característica comum que aponta aos dois povos, separados pela geografia e unidos pela fé. O exemplo é sugestivo: «Onde houver um restaurante chinês, um italiano ou inglês e um timorense, é certo que o timorense é o primeiro a ir à falência. Porque há sempre um sobrinho, um primo ou um amigo que são recebidos à boa maneira portuguesa».

Foi da mesma forma, entusiasta e hospitaleira, que se sentiu acolhido no Portugal marcelista de 1968, que visitou, pela primeira vez, em gozo de licença graciosa. Para pôr em prática os seus conhecimentos geográficos, deu duas voltas ao país, durante as quais ficou célebre a sua passagem pela Guarda, num gélido mês de Novembro. Vinha de Trás-os-Montes, num autocarro, com um jornal nas mãos que anunciava para esse dia a chegada à Guarda de um novo treinador africano, contratado pelo clube de futebol local.

CONFUSÃO NA GUARDA

Acontece que, nessa altura, havia pouca gente de cor na Beira Interior. Por isso, quando chegou, ao princípio da noite, à capital da província beirã, os dirigentes desportivos que aguardavam na estação de camionetas confundiram-no com o técnico africano. «Dirigiram-se a mim e deram-me as boas vindas. Perguntaram-me inclusive como é que tinha corrido a viagem desde África. Perante aquele entusiasmo, acabei por alinhar no esquema», recorda com boa disposição. À noite, na pensão em que ficou instalado, começou a meditar sobre o dia seguinte. Fazia-lhe confusão a eventualidade de ter de ir treinar os jovens jogadores. Resultado: «Escapei-me de madrugada para a Covilhã».

Pecado? Não. Apenas uma brincadeira para colorir a vida. «E olhe que a de um padre é dura»...

De volta a Timor, após seis meses de animado lazer em Portugal, é colocado na missão de Alas, a mais pobre que conheceu. Seguiu-se o concelho de Ainaro, dominado pela capela mais alta do império, construída a 2.700 metros do solo por militares portugueses. Era ali que se encontrava quando se deu a Revolução dos Cravos em Portugal, que viu com maus olhos, à semelhança da maioria dos seus compatriotas. «Nunca tivemos problemas políticos com Portugal. Pelo contrário, em 1974, tínhamos um bom governador (coronel Alves Aldeia) que estava a desenvolver o território em todos os aspectos».

Em resumo, o 25 de Abril pode ter sido muito bom para África. «Para Timor não foi». Porque o povo tinha consciência de que não estava suficientemente desenvolvido.

(continua na página 14)

À procura do amanhã

O último fluxo de timorenses em Macau resulta já quase em exclusivo da fuga à opressão militar indonésia. Filhos da luta e do medo, oscilam entre o heroísmo da resistência e o imperativo da fuga. Preparam agora a próxima batalha: o desenvolvimento de uma terra sofrida, quando o tempo devolver a Timor-Leste algum grau de autonomia.

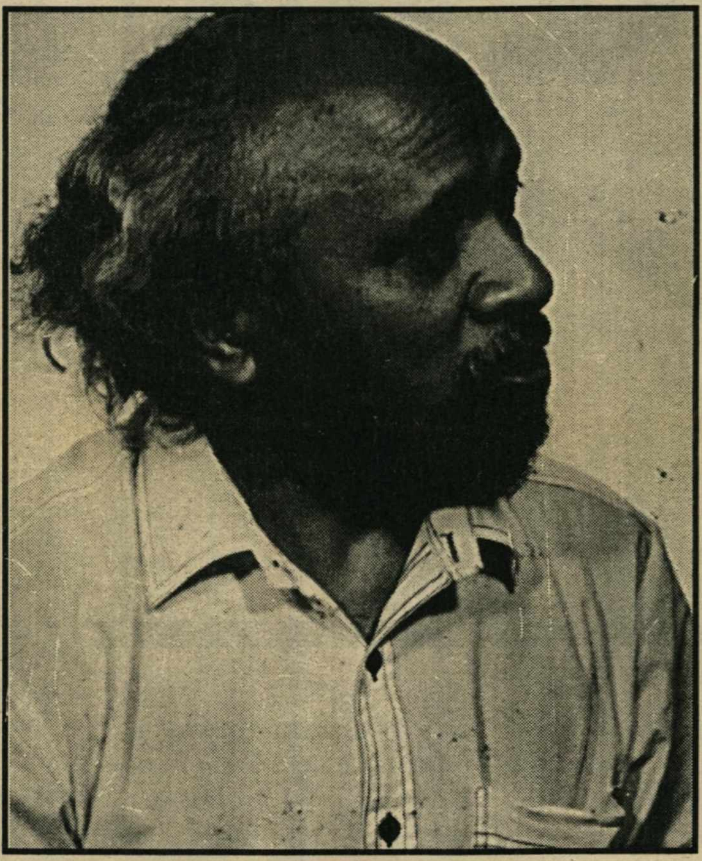
PAULO REGO

A presença dos timorenses foi uma constante ao longo da História de Macau

TRINTA ANOS passaram desde que os timorenses atravessavam o Mar da China apenas pelo impulso estudantil, geralmente ligado à ambição do sacerdócio. E a história pôs igualmente termo às ligações do sistema prisonal: para Timor iam os detidos mais indesejados de Macau. Gente que conquistou a liberdade; cruzou culturas e amores. Assim nasceram os chamados chineses de Timor, os primeiros a fugir da fúria de Suharto contra os «comunistas». Refizeram a vida em Macau, na Austrália ou nos Estados Unidos.

O primeiro registo de baptismo de um timorense em Macau, na paróquia da Sé, data de 1815. Recebeu o sacramento Filipe Vilano, filho de Caetano Timor e Virgínia António. Mas os laços que ligam ambos os territórios são fortalecidos a partir de 1877, altura em que Timor ficou civil e eclesiasticamente dependente de Macau. Era o fim de uma dança de dependências que fez Timor balançar entre Goa e Macau. Fomentou-se então a imigração estudantil, com maior consistência na primeira metade deste século. Em 1966 a Revolução Cultural cortou esse cordão e, nove anos depois, a invasão indonésia impediu que fosse reatado.

Pedro José Lobo foi um dos que frequentou o seminário S. José, mas cedo percebeu a falta de vocação. O faro para negócios transformou-o numa referência obrigatória da sociedade local até 1965, ano da sua morte. O padre Francisco Fernandes elogia-o como «benemérito», mas Morais Alves, secretário-geral da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, recorda-o como um homem de «invulgar inteligência e capacidade de relacionamento». Iam «todos ao beija-mão», lembra com humor.



Maestro Simão Barreto: do sacerdócio para a música

O MAESTRO SIMÃO BARRETO EM 1986 DECIDIU FIXAR-SE EM MACAU, PARA DAR VIDA AO CONSERVATÓRIO. MAS NUNCA ESQUECEU TIMOR-LESTE: «REGRESSO EM BREVE À MINHA TERRA NATAL, NO DIA DA INDEPENDÊNCIA».

O maestro Simão Barreto é outro exemplo do sacerdócio falhado, embora nunca tenha regressado a Timor. Chegou a Macau em 1958 para ficar, com receio do recrutamento militar e da incorporação nos pelotões africanos. Tranquilizaram-no no quartel S. Francisco e Simão Barreto sorri da desculpa encontrada para a dispensa: «Falta de peso e altura...»

Contudo, foi um dos poucos a ficar. «A maioria voltava para Timor-Leste, terminasse ou não o curso», lembra o maestro. Com uma bolsa da Fundação Gulbenkian, ruma a Lisboa onde estuda violino e piano antes de ingressar na Orquestra Sinfónica da Rádio Difusão. Apaixonado pelas margens do Tejo, regressa a Macau apenas em 1986 para dar vida ao Conservatório. Em nome do «desafio profissional, da aventura e das saudades», resume Simão Barreto. Mas Timor-Leste é inevitável: «Regresso em breve, no dia da independência.»

ÚLTIMOS A CHEGAR...
PRIMEIROS A PARTIR

Domingo, ao cair da noite, em frente à Sé Catedral, jovens refugiados brincavam com as palavras em tetum, espraiando intimidades no exercício das provocações. Dois ou três traziam debaixo do braço edições de *O Direito de Ser Jovem*, assumida fórmula católica de repensar a revolta. No curto contacto com todos eles ressalta a comunhão de um estado de espírito, fruto das más recordações e da esperança partilhada.

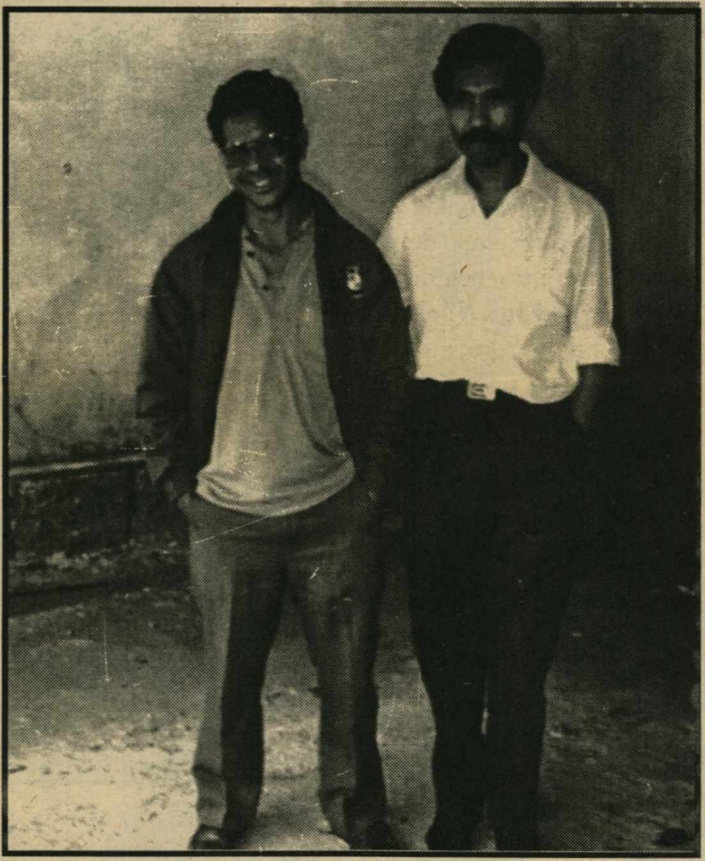
Estudam para um dia construírem um país independente. Agradecem a solidariedade portuguesa, mas a Austrália parece mais aliciante. Todos têm amigos na resistência e entronizam Xanana Gusmão e Konis Santana: símbolos da luta armada. «Estamos contra o exército e não contra o povo indonésio», diz Ana Maria. Tem 17 anos, assim como Martinha, que garante ser «normal o convívio com os colegas indonésios na escola ou na rua». A farda e os maus tratos é que lhes povoam a memória. Mais difícil é o contacto com estrangeiros, «sobretudo com os portugueses», precisa Martinha, garantindo a existência de uma «lista negra» escrita pelo punho dos agentes indonésios.

O PRIMEIRO REFÚGIO

Optaram todos por Macau contando com a ajuda do padre Francisco Fernandes, um nome que corre de boca em boca em Timor-Leste. José António, o mais velho deste grupo, com 28 anos, recorda o dia em que tomou a difícil decisão da fuga: «Telefonei para um tio meu na Austrália. Aconselhou-me logo a fazer o contacto com Macau, explicando-me que o Governo facilitaria a entrada e que o padre Chico ajudaria à chegada».

MANUEL TILMAN DIZ QUE O GRUPO DE MACAU «TEM UM LÍDER E UMA ESTRATÉGIA, QUE PASSA PELA NEGOCIAÇÃO DIRECTA COM A INDONÉSIA». AS DIVISÕES POLÍTICAS RESULTAM DE «QUEZÍLIAS PESSOAIS E NÃO DE DIVERGÊNCIAS DE FUNDO»

A excepção do grupo é Aluy Seixas. Quer continuar em Macau e seguir exemplos como o de Hernâni Coelho, jovem engenheiro já estabelecido e empregado na Câmara das Ilhas. Aluy Seixas estava no massacre de 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz. Figura, por isso, na tal «lista negra», razão pela qual lhe davam passaporte indonésio. Por outro lado, na Austrália o visto não é garantido e é assim que surge em muitos a ideia de Macau. Aluy Seixas é o mais calado do grupo, mas os olhos brilham quando a conversa versa a resistência armada ou as manifestações. Com cara de miúdo, é já um homem marcado que pormenoriza a violência e a tortura: «Colocam-nos uma cadeira em cima da ponta da unha e sentam-se em cima; atam-nos as mãos atrás das costas, queimam-nas com pontas de cigarros e batem constantemente.»



Manuel Tilman (à direita) com o Domingos Soares, «o padre maubere»

Para enganar as saudades trocam cartas e telefonam, sempre com medo. Ana Maria telefonou ao pai para contar-lhe da manifestação por Timor-Leste em Macau. «Ouvimos um barulho estranho e o meu pai pediu-me para desligar. Ele agora está preso», completa Ana Maria com surpreendente naturalidade. É um chefe de *Suco* em Díli, espécie de chefes de zona, «detidos para interrogatório sempre que há acções de protesto». «A minha mãe também está presa», remata Martinha em sofrimento partilhado.

«São esses jovens a verdadeira comunidade timorense», defende Eduardo Massa, controlador aéreo. Estudou em Portugal e regressou a Timor-Leste em 1970. A guerra durava há nove meses quando deitou para trás o último olhar. «Nem quero ver mais nada enquanto durar o actual estado de coisas», diz em tom firme. Refere-se aos jovens refugiados com especial carinho, criticando «essa mania de chamar comunidade a um conjunto de timorenses radicados em Macau. São os jovens da Ilha Verde que mais sofrem e aqueles que melhor conhecem a realidade actual em Timor-Leste. Por isso era preciso que se lembrassem deles mais vezes, mas tenho a impressão de que só os chamam para fazer umas festas.»

Eduardo Massa gosta de Macau, «apesar do excesso de cimento. Quanto às tricas dos portugueses, já contava com elas». É fundador da Associação dos Controladores de Tráfego Aéreo de Macau, da qual faz parte outro timorense recém-chegado para o aeroporto de Macau: Henrique Soares. «Entre os portugueses somos a maioria», brinca Eduardo Massa, uma vez que os outros quatro vêm de diferentes pontos do País.

MACAU E A POLÍTICA NA DIÁSPORA DIVIDIDA

Nesta heterogénea comunidade timorense foi possível em poucos dias descobrir funcionários públicos, advogados, engenheiros, controladores aéreos, estudantes, comerciantes, pelo menos uma cozinheira, um sacerdote e muitos sonhadores: uma centena de jovens à espera de um futuro melhor. Mas há também os fazedores de política, no cantinho de portugalidade mais próximo de Timor-Leste.

Francisco Nicolau é uma dessas figuras. Advogado em Lisboa, onde trabalhava com Garcia Pereira, líder do MRPP, veio para Macau em representação da Resistência Timorense, unidade diplomática que resulta dos acordos de Sidney, em finais de 1992.

Critica «sobretudo os timorenses, mas também alguns portugueses residentes em Macau que fazem parte da chamada quinta coluna indonésia», e essa é uma das razões que aponta para a «necessidade de acção no Território.» A estratégia da Resistência Timorense resume-se em poucas palavras: «Fazer tudo para que a Indonésia ceda a um referendo.»

Ideia diferente tem Manuel Tilman, outro advogado que veio para Macau em nome de uma política por Timor-Leste. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, militante socialista, deputado pela ASDI e colaborador nos escritórios de Jorge Sampaio e Vera Jardim, Manuel Tilman é um personagem polémico, mercê dos contactos com Jacarta. Ao contrário de Francisco Nicolau, diz que o Grupo de Macau «tem um líder – padre Francisco Fernandes – e uma estratégia, que passa pela negociação directa com a Indonésia». Quanto às divisões políticas da diáspora, alega resultarem de «quezílas pessoais e não de divergências de fundo». O seu plano negocial abre um leque que vai da autodeterminação e independência à anexação por parte da Indonésia, «desde que negociada e voluntária.» E é esse o grande pomo da discórdia. Por outro lado é «contra o referendo», alegando que essa solução «pode conduzir novamente à guerra civil».

Manuel Tilman inscreve nos cartões o título de L*iurai Fatubessi*; ou seja, detém o poder do régulo num reino com cerca de 800 pessoas. «Já teve cerca de 3000, mas umas morreram e as outras fugiram para as cidades», explica Manuel Tilman, avançando estratégias: «Esse tronco monárquico e a influência da Igreja devem funcionar como massa aglutinadora do povo de Timor-Leste nos primeiros passos para uma fórmula republicana de divisão de poderes entre um Presidente e uma Assembleia». Argumenta, a propósito, que «é preciso dar alguma coisa em troca à Indonésia».

Manuel Tilman quer regressar a Timor-Leste «assim que Jacarta passar o visto de residência» e garante que vai lá investir tudo o que tem, pois «só quem lá estiver junto do povo poderá ganhar a luta».

PADRE FRANCISCO FERNANDES (CONTINUAÇÃO DAS CENTRAIS)

Eram precisas mais escolas, mais progresso. «Ninguém pediu a Portugal para ser livre e independente», remata.

Vinte e dois anos depois, por ironia do destino, essa aspiração é hoje, mais do que nunca, reclamada por si e por todo um povo que foi barbaramente invadido pelas forças militares indonésias em Dezembro de 1975. A ocupação verificava-se meses depois do início da guerrilha que dividia os dois principais partidos de Timor (UDT e Fretilin), ainda a darem os seus primeiros passos, com o apoio de uma população «sem formação nem consciência política».

FRANCISCO FERNANDES CONHECEU O JOVEM SEMINARISTA XIMENES BELO, RAPAZ MUITO RESERVADO E POUCO DADO A CAVAQUEIRAS. NUNCA PENSOU QUE VIESSE A SER UM LÍDER ESPIRITUAL.

REFUGIADO EM ATAMBUA

A guerra civil desencadeada com o golpe da Fretilin, em Díli, levou o padre Chico a refugiar-se em território indonésio, junto à fronteira com Timor, em vésperas da invasão das tropas de Jacarta. Com ele foram colocados no campo de Atambua cerca de 18 mil refugiados, entre os quais alguns militares portugueses. Acabaria por ser eleito presidente da comissão de refugiados.

O tratamento inicial por parte dos militares indonésios era positivo. Mas cedo se apercebeu de segundas intenções: «Queriam que nós pedíssemos a integração». Este objectivo tornou-se mais evidente no dia em que foi informado pelo responsável do campo de Atambua da súbita visita do ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros. «Pediu-me que ordenasse aos refugiados que o recebessem com bandeiras indonésias». Levou nega imediata. E quando o ministro ali se deslocou foram poucas as que se agitaram no ar.

No dia seguinte, começou o corte na alimentação como forma de pressionar os refugiados a optarem pela nacionalidade indonésia. O presidente da comissão lá se deslocou ao oficial de serviço para pedir mais comida, mas obteve como resposta: «Vão pedi-la aos portugueses». No mesmo tom de ironia, o padre timorense ripostou que em Portugal «não se come arroz, come-se pão». Sem resultado. «Para sobrevivermos tivemos de vender os nossos bens pessoais. Mesmo assim morreu muita gente à fome».

Neste processo de sobrevivência, foi também indispensável a ajuda da diocese de Macau, que enviou para Atambua cerca de 40 mil patacas. O dinheiro foi adiantado em moeda indonésia pelo bispo holandês ao serviço da região. O mesmo bispo que, cerca de meio ano depois da invasão de Timor, transportou para a Europa, dentro de um sapato, «por minha sugestão», três cópias de uma carta a explicar a situação dos refugiados e militares portugueses detidos na Indonésia. Uma delas era dirigida ao major Melo Antunes, enquanto as restantes tinham como destinatários o jornal macaense O Clarim e os comandos australianos.

«Carla is okay» foi o código definido para acusar a recepção da missiva. E um mês depois lá recebeu as primeiras notícias de Carla. A carta tinha chegado a Lisboa.

Portugal actuou prontamente, enviando ao campo de refugiados o próprio chefe de Estado Maior da Força Aérea, general Morais da Silva, que negociou com os indonésios a maior ponte aérea de sempre entre Bali e a capital portuguesa, realizada em três meses de voos semanais. «Foi a maior alegria da minha vida». Em terra ficavam, contudo, muitos milhares de refugiados a quem Jacarta prometera mundos e fundos na condição de regressarem a Timor.

XIMENES E XANANA

Ainda no campo de Atambua, Francisco Fernandes conheceu o jovem seminarista Ximenes Belo, rapaz muito reservado e pouco dado a cavaqueiras. Nunca pensou que viesse a ser um líder espiritual. «Mas sempre achei que todo o homem tem um forte potencial para assumir um papel de liderança. Desde que as circunstâncias o permitam».

Xanana Gusmão é uma referência de infância. «O pai dele foi meu catequista». Também nunca anteviu no carismático líder da resistência o protagonismo que hoje lhe é reconhecido por todos. «Era um rapaz brincalhão e muito aberto, mas nunca se afirmou como um chefe. Nem dentro da própria Fretilin».

XANANA GUSMÃO É PARA ELE UMA REFERÊNCIA DE INFÂNCIA. «O PAI DELE FOI MEU CATEQUISTA». HOJE VÊ NO SEU ANTIGO COMPANHEIRO DE MISSAS EM MALATUTU UM EXEMPLO DE CORAGEM.

Hoje vê no seu antigo companheiro de missas em Malatutu um exemplo de coragem. «Gostei, sobretudo, da forma como se comportou no difícil julgamento a que foi submetido. Parecia que ia ceder, mas acabou por fintar bem os indonésios». Sempre que tem oportunidade, faz chegar uma palavra de conforto ao líder histórico da resistência maubere, através de amigos que o visitam: «Aguenta e não percas a esperança». Até porque «a ditadura morre com o ditador», sustenta. Não tem dúvidas que Shuarto há-de cair da cadeira. Mas prefere o diálogo à confrontação. Sobretudo numa altura em a oposição ao regime indonésio se multiplica dentro e fora do país. «Timor só pode ser aliviado se houver um 25 de Abril em Jacarta», preoconiza o padre que já em 1979 gritava alto nas Nações Unidas a situação da sua pátria. É por esta e por outras que faz questão de deixar algo bem claro: «Não tolero que me chamem pró-indonésio».

Antes de se fixar na Austrália, em 1978, esteve três anos no Vale do Jamor a dar apoio a três mil refugiados que com ele partilharam o «calvário» de Atambua. Não deixou Lisboa, aliás, sem garantir primeiro a integração em Portugal de alguns dos seus compatriotas e a transferência dos restantes para o país-continente que Timor ajudou, «sem nunca pedir contrapartidas», durante a Guerra do Pacífico.

Viveu, então, 11 anos na cidade portuária de Freemantle, onde prestou apoio à comunidade portuguesa local e aproveitou para tirar os cursos de Ciências Sociais e Políticas e de História.

Em 1989, veio para Macau, a convite do bispo resignatário D. Arquimínio da Costa, continuar a missão que lhe coube na vida. Nos últimos sete anos, assistiu cerca de quatro centenas de refugiados timorenses que por aqui estiveram de passagem ou ficaram. O Território vai permanecer nos seus horizontes apenas até à data da transferência de soberania. Depois talvez regresse a Lisboa, onde tem familiares. A não ser que, entretanto, as circunstâncias lhe permitam voltar definitivamente a «casa». E ajudar a arrumá-la. «De preferência, no domínio da formação».

Timor «observa» CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi enfim criada. Em Lisboa. Com a participação de chefes de Estado e de Governo dos sete países lusófonos. Timor ficou por enquanto com o estatuto de observador nesta organização.

Líderes de países lusófonos na cimeira inaugural da CPLP, em Lisboa

TIMOR-LESTE obteve o estatuto de observador na nova Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em Lisboa, no dia 17 de Julho, na presença dos presidentes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal, além do primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe.

A situação de Timor-Leste foi expressamente mencionada no comunicado final desta cimeira de dirigentes dos países da comunidade lusófona, que aglutina 190 milhões de pessoas de diversas raças e etnias espalhadas por quatro continentes.

A secretária-geral adjunta da ONU, Rosário Green, em representação de Butros-Ghali, foi uma das testemunhas da cimeira inaugural da CPLP, organismo que «a partir da união de países que possuem em comum a língua e a cultura, pode contribuir muito para a harmonia mundial».

A reafirmação da língua portuguesa como vínculo histórico e património comum resultante de uma convivência multissecular, que deve ser valorizada, foi um dos pontos consagrados na declaração constitutiva da CPLP.

O documento consagra a língua portuguesa como um meio privilegiado de promoção cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos valores culturais desses povos.

TODOS LEMBRAM TIMOR

Todos os chefes de Estado e de Governo que participaram na cimeira da CPLP fizeram menção expressa a Timor nos discursos que proferiram em Lisboa. O presidente português, anfitrião desta cimeira, foi o primeiro a falar. Na sua alocução, Jorge Sampaio aludiu a uma «solidariedade especial» com o povo de Timor-Leste.

José Eduardo dos Santos, falou de seguida, dedicando também alguns minutos do seu discurso à situação de Timor. O presidente da República Popular de Angola afirmou que Portugal, enquanto potência administrante, «tem o direito legítimo» de conduzir o processo de transição para a autodeterminação e independência do povo maubere.

Por sua vez, o chefe de Estado de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro, deplorou o facto de Timor-Leste não se encontrar entre os países que participaram no lançamento da CPLP, dirigindo uma mensagem de solidariedade ao «povo martirizado» daquele território no dia em que passava o vigésimo aniversário da anexação de Timor pela Indonésia.

O presidente de Cabo Verde juntou assim a sua voz à do chefe de Estado brasileiro, que o precedeu no discurso, pafrafraseando Fernando Henrique Cardoso num abraço de solidariedade e defesa do direito à autodeterminação do povo de Timor.

O presidente de Moçambique, Joaquim Chissando defendeu por seu turno a necessidade de paz e estabilidade nos países da CPLP para que a comunidade tenha sucesso e lamentou não poder contar com a participação de Timor-Leste «como membro de pleno direito» nos trabalhos da cimeira, que decorreu no Centro Cultural de Belém.

Também o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, e o primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe – que representava o chefe de Estado deste país, Miguel Trovoada – falaram da situação de Timor-Leste nos discursos que proferiam na cimeira de Lisboa.

A segunda cimeira de chefes de Estado e de Governo da CPLP decorrerá na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, em 1998, e o secretário executivo desta organização é Marcelino Moco, ex-primeiro-ministro de Angola.

COMUNICADO FINAL

O comunicado final da cimeira refere que os presidentes e chefes de governo receberam, durante a sessão inaugural, uma delegação da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência Timorense.

Os participantes na cimeira defenderam ainda, neste comunicado, «uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste (...) em conformidade com o direito internacional».

«Os chefes de Estado e de Governo reiteraram a sua firme disposição em promoverem acções concertadas visando garantir o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais do território (...) no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu povo» — salienta o comunicado, referindo-se a Timor.

Os chefes de Estado e de Governo defenderam ainda o estabelecimento de relações privilegiadas com a Organização das Nações Unidas e suas agências «e, em especial, com as organizações regionais onde os países de língua portuguesa geograficamente se inserem».

O objectivo, como refere o comunicado, é promover «uma troca útil de experiências» e «uma participação mais dinâmica e apoiada de cada Estado».

ALGUMAS CRÍTICAS

O adiamento da adesão imediata de Timor-Leste à CPLP provocou críticas em determinados sectores da resistência maubere, que preferiam ver a comunidade dos Sete alargada de imediato com a inclusão de Timor como membro formal.

Para o representante pessoal de Xanana Gusmão no exterior, o ingresso de Timor na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa «é inevitável» a curto ou médio prazo.

«O adiamento tem justificações diplomáticas compreensíveis, fazendo mais sentido que primeiro se crie o organismo e depois se veja a forma de incluir novas adesões» — considerou, no entanto, José Ramos-Horta.

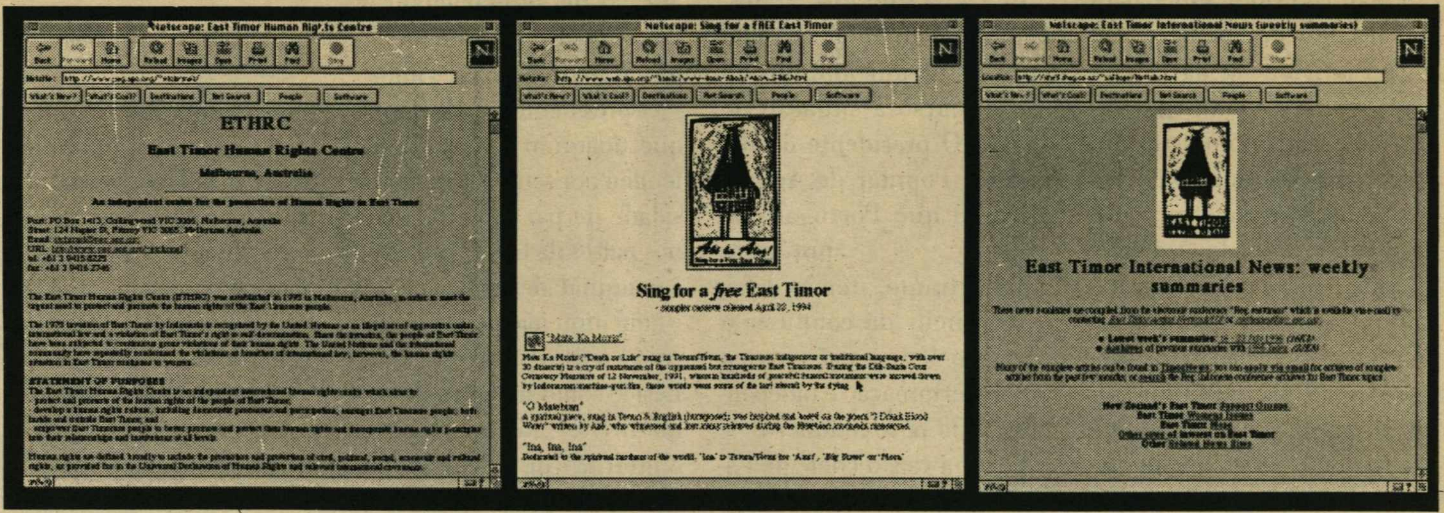
O representante de Xanana no exterior pediu que a adesão de Timor à CPLP figure entre as questões prioritárias a ser analisadas pelo secretário executivo da comunidade.

Ramos-Horta levou à cimeira de Lisboa uma mensagem do líder da resistência timorense. Segundo afirmou, esta mensagem de Xanana provocou uma «reacção de extrema sensibilização» nos chefes de Estado e de Governo da comunidade lusófona.

CIBERESPAÇO MAUBERE

TimorNet é uma página mantida pela Universidade de Coimbra, com a colaboração da agência Lusa e do *Jornal de Notícias*, do Porto. Tem por objectivo principal auxiliar os internautas interessados pelo assunto a adquirir maiores informações sobre Timor nas áreas de história, geografia, cultura e jornalismo.

FRANCISCO MEGA


Netscape: East Timor Human Rights Centre

ETHRC

East Timor Human Rights Centre

Melbourne, Australia

Netscape: Sing for a FREE East Timor

Sing for a *free* East Timor

Netscape: East Timor International News (weekly summaries)

East Timor International News: weekly summaries

AO INICIAR o meu trabalho de pesquisa sobre Timor na Internet comecei por consultar as *search engines* disponíveis no sentido de encontrar as entradas que estivessem relacionadas com o tema. No ciberespaço, quando não estamos à deriva, a navegar sem rumo, o meio mais seguro e rápido de ter acesso a qualquer informação é, sem dúvida, através da busca sistemática por assuntos. Assim fiz. Comecei pelo *Yahoo!*, segundo me parece um dos mais tradicionais, organizados e fiáveis sistemas de busca *on line*.

Lembro-me ainda do tempo em que o Netscape andava de fraldas e, pelas circunstâncias, era forçado a usar o *browser* Mosaic (desenvolvido por uma universidade americana mais como uma ferramenta educacional do que máquina de fazer dinheiro, como viria acontecer mais tarde ao Netscape), o *Yahoo!* já estava lá e, numa comparação com os competidores mais próximos, era considerado pelas publicações da especialidade como o mais eficiente. Bons tempos, em que não tínhamos de esperar minutos infinitos por uma página cheia de anúncios da qual nos interessava somente um parágrafo ou dois de texto... Era mais rápido e simples.

Posteriormente chegaram o Infoseek, Magellan, WebCrawler, Lycos, Excite! e Open Text, além de outros sistemas de busca. Para além disso cada país vem, ultimamente, desenvolvendo o seu próprio sistema de buscas. Em Portugal encontramos o SAPO – Serviço de Apontadores Portugueses e, no Brasil, o Cadê? e o Yaih! que, segundo a anedota, surgiu da insistente pergunta dos americanos aos brasileiros: "Nós aqui temos o Yahoo, e aí?". A resposta não tardou...

DIREITOS HUMANOS

Voltando ao assunto que nos traz aqui: fiz a primeira pesquisa no sistema de buscas Yahoo! e, com algum despontamento, acabei por encontrar apenas sete entradas que continham a expressão **Timor**. Uma delas, que eliminei imediatamente, tratava-se da *Infosquare Music Page by Pons – pagina de musica straniera e italiana* – que desfiava um gigantesco rosário de conjuntos de música pop entre os quais um chamado Timoria, que – perdoem-me a ignorância –, desconhecia. Lá fui, com a tímida esperança de encontrar alguma referência musical maubere. Mas em vão: o tal conjunto somente canta *blues*.

A entrada que se seguia, ironicamente listada dentro da chave de assuntos referentes à Indonésia (*Regional: Countries: Indonesia: Islands: Timor*), chama-se **East Timor Human Rights Centre**. Situada no endereço http://www.peg.apc.org/~etchrmel, é de grande interesse para todos aqueles que acompanham os acontecimentos relacionados ao desenvolvimento dos direitos humanos em Timor Leste. Fundada em 1995 e sediada em Melbourne, Austrália, a instituição apresenta-se como um centro independente para a promoção dos direitos humanos naquela região. Acrescenta ainda que des*de 1975, a invasão de Timor Leste pela Indonésia é reconhecida pelas Nações Unidas como um acto ilegal de agressão que infringe as leis internacionais e o direito à autodeterminação do país. Desde a invasão, a população timorense tem sido sujeita a maciças violações dos direitos humanos. As Nações Unidas, bem como a comunidade internacional, têm condenado reiteradamente esta acções; porém a situação continua a piorar.*

A instituição, que conta com Maria Brett e Jacinto dos Santos nos seus quadros directores, propõe-se proteger e promover os direitos dos timorenses e, sobretudo, desenvolver acções de sensibilização acerca da importância dos direitos humanos nas relações de Timor e do seu povo com outras entidades internacionais.

Assentes na confortável posição de espectadores distantes, muitas vezes esquecemo-nos – na medida em que não somos atingidos directamente – dos direitos básicos do homem, definidos em pormenor na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê a protecção e manutenção dos direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais de todos os povos. Em Timor, estes direitos não são respeitados há mais de vinte anos.

Levando em consideração

que a ilha, apesar de reconhecida pela ONU como território português ocupado ilegalmente pela Indonésia, está isolada da comunidade internacional, o East Timor Human **Rights Centre** actua através da condenação, incisiva e constante, dos abusos cometidos pelos militares indonésios. Deste modo alerta, de modo efectivo, a comunidade internacional para esta questão. As violações mais graves são registadas na Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos acompanhadas de um pedido de intervenção imediata.

Os organizadores declaram que há uma crescente necessidade de oferecer treinamento e educação aos timorenses residentes e também às comunidades timorenses que vivem no estrangeiro de modo *a construir uma consciência colectiva que dê a conhecer às vítimas os mecanismos nacionais e internacionais de defesa dos seus direitos.*

O Centro vem também acompanhando de perto os julgamentos de timorenses condenados pela justiça indonésia no sentido de buscar assessoria legal independente e imparcial. A página apresenta ainda alguns *links* com outros endereços de interesse divididos em cinco diferentes assuntos: pedidos de intervenção urgente, relatórios, recortes de imprensa, imagens e publicações.

Para mais informações sobre Timor-Leste, o **ETHRC** aconselha o *newsgroup* reg.easttimor, disponível através da rede Telnet.

Continuando a minha busca de outras URLs relativas a a este assunto, deparei ainda com o Hu**man Rights Violations in East Timor**, situados no endereço http://iguana.inesc.pt:800/Timor. Pela presença do código **pt**, presente no endereço, sou levado a crer que o servidor está situado em Portugal. Nos dias em que tentei ter acesso deparava sempre com a mensagem de *server busy.* Espero que para a próxima tenha mais sorte...

RESUMOS ACTUALIZADOS

O endereço iguana.inesc.pt:8000/Timor/ onde se situa a página **Human Rights Violations in East Timor** continua ocupado (na altura em que escrevo este artigo) de modo que não vejo alternativas senão avançar para o endereço seguinte, seguindo a ordem que me foi proposta pelo computador.

Nettalk (ilustração), **East Timor International News: weekly summaries**, situado no endereço shell.hug.co.nz/~calliope/Nettalk.html, apresenta resumos – actualizados semanalmente – de informações sobre Timor que passam pelo grupo de notícias reg.easttimor que é disponibilizado ao público via correio electrónico pela **East Timor Action Network/US** ou através de *cscheiner@igc.apc.org.*

Apresentando ainda dois ficheiros para *download*, o primeiro contendo os resumos da última semana, e o segundo, contendo um vasto arquivo com um índice e os resumos das notícias desde 1995, esta página, concebida e mantida por um grupo de solidariedade com Timor, sediado na Nova Zelândia, apresenta também alguns *links* para outros *sites* além de uma exaustiva relação de endereços referentes a Timor na Internet, dos quais destacaríamos: **East Timor Women's Issues, Peacenet East Timor gopher, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Glasgow University - East Timor and Indonesia Campaign, Darwin East Timor page** (com actualizações diárias), **Northwestern University - Projecto Illinois de Paz para Timor Leste** e **Brown University, US "Ethics before Profit"** *e* **"From East Timor to the East Side"**, artigos e/ou projectos relacionados com os princípios deontológicos subjacentes à problemática dos interesses económicos *versus* liberdade de expressão.

Na altura em que abrimos a página o contador já marcava mais de 2.500 visitas, cifra bastante significativa. E que demonstra, de alguma forma, o grande interesse deste *site.*

TIMOR EM COIMBRA

O endereço seguinte na lista que nos foi proposta pelo *Yahoo!* – http://www.uc.pt/Timor/TimorNet.html – situa-se em Portugal e chama-se **TimorNet**. A página é mantida pela Universidade de Coimbra (ilustração), com a colaboração da agência Lusa e do *Jornal de Notícias*, do Porto. Tem por objectivo principal auxiliar os internautas interessados pelo assunto a adquirir maiores informações sobre Timor nas áreas de história, geografia, cultura e jornalismo bem como divulgar endereços electrónicos de organizações internacionais relacionadas com o povo maubere. Este serviço faz parte do Centro de Estudos Asiáticos da *World Wide Web Virtual Library* (Rede Mundial de Bibliotecas Virtuais), ligada à Biblioteca do Congresso americano, a *servers* privados e a instituições educacionais de todo o mundo. As buscas na **TimorNet**, estão divididas em duas áreas principais: a primeira fala sobre a história de Timor, os antecedentes etnológicos e uma análise genérica do conflito actual; a segunda, mais voltada para a Internet, apresenta um guia de informações sobre Timor, endereços electrónicos de organizações internacionais, contactos, ilustrações e bibliografia.

Sendo um *site* de utilidade pública, chamamos a atenção dos nossos leitores, que eventualmente possuam fotografias, mapas antigos ou qualquer material iconográfico ou bibliográfico que considerem de interesse, para dirigirem contribuições, através de correio electrónico para *TimorNet@mercurio.uc.pt.*

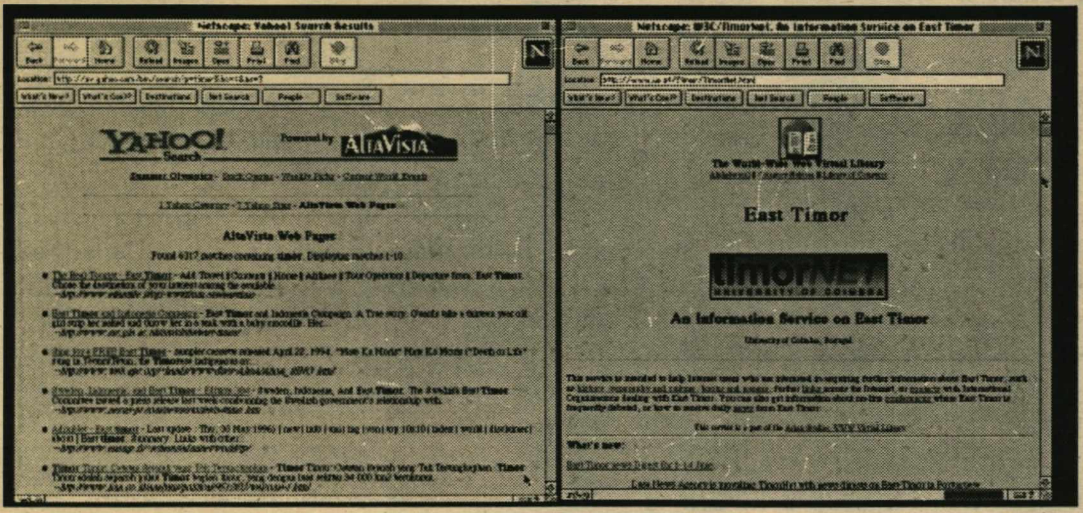
CANÇÕES TIMORENSES

Tendo esgotado a página de entrada proposta pelo *Yahoo!*, entramos em contacto com uma subsidiária deste, o sistema de buscas *Alta Vista* (ilustração) onde foram encontradas nada menos que 6.317 entradas contendo a expressão Timor (ilustração). Ao longo do tempo, faremos aqui o resumo possível dos endereços de maior interesse.

Entretanto, logo nas primeiras vinte entradas uma página chama-nos logo a atenção pelo título: (ilustração) **Sing for a FREE East Timor** (Cante por um Timor Livre). Situada no endereço http://www.web.apc.org/~hands/www-docs-AhoA/AhoA_SING.html, esta página anuncia uma fita-cassete lançada em 22 de Abril de 1994 com cantos tradicionais interpretados em tétum (a principal língua nativa de Timor) e em inglês. A fita-cassete contém quatro faixas (apesar de, na página, estarem relacionadas somente três).

"Mate Ka Moris" (Vida ou Morte) é apresentada como um *lamento da oprimida porém destemida resistência timorense.* A canção foi inspirada nos trágicos incidentes do cemitério de Santa Cruz ocorridos a 12 de Novembro de 1991, quando um cortejo fúnebre de centenas de pessoas foi brutalmente dispersado pelas metralhadores da polícia indonésia. A faixa seguinte, "O Matebian", é de carácter mais espiritual, tendo sido inspirada no poema "Eu bebi água e sangue" escrito por Azé, uma das testemunhas dos massacres ocorridos na montanha Matebian.

"Ina, Ina, Ina", a canção que se segue, *é dedicada às mães espirituais do mundo.* A expressão "Ina", em tétum significa "Tia", "Irmã mais velha" ou "Mãe". Com um pequeno clique no ícon de "Mate Ka Moris" uma nova página se abre. Podemos então ouvir a música "em directo". Nesta segunda página surge uma faixa extra, intitulada "O Dia da Autodeterminação", cantada em inglês, que será – quem sabe? – uma espécie de hino da resistência timorense.


Netscape: Yahoo! Search Results
YAHOO! Search
Powered by AltaVista
AltaVista Web Pages
Netscape: W3C/TimorNet. An Information Service on East Timor
The World-Wide Web Virtual Library
East Timor
timorNET
UNIVERSITY OF COIMBRA
An Information Service on East Timor
What's new:

PROTESTO JUDICIAL

2:9:96 As manifestantes de Darwin, Sally Anne e Kayiene Jessica Watson, que pretendem processar por agressão elementos do consulado indonésio, criticam a polícia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o próprio consulado. Por se recusarem, até agora, a fornecer a identificação dos funcionários, pese embora o Ministério admita conhecer já os nomes em causa.
Fonte: Australian Broadcasting Corp webpage

POLÉMICA DO REFERENDO

4:9:96 O representante da indonésia nas Nações Unidas respondeu ao editorial do jornal norte-americano Christian Science Monitor, intitulado "Timor-Leste aguarda a independência". Nugroho Wisnumurti, defendendo a invasão de Timor-Leste, afirmou que, contrariamente ao artigo, o Secretário-Geral das Nações Unidas nunca pediu um referendo. Mostrou apenas disponibilidade para apoiar o referendo, mas nunca o pediu".

ALERTA INTERNACIONAL

5:9:96 A Amnistia Internacional teme pela segurança de Suwigno, preso em Jacarta no dia 3 de Setembro por alegadas ligações ao PRD. Segundo a A.I., poderá estar sob custódia militar, sem acesso a advogados, o que o coloca "em sérios riscos de maus tratos e tortura".
Fonte: Amnistia Internacional

NEGÓCIO CANCELADO

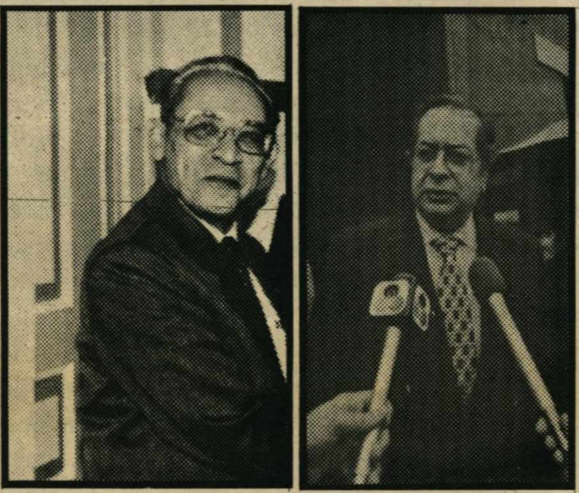
6:9:96 Um porta vóz do Departamento de Estado norte-americano, Glyn Davies, anunciou que o Congresso adiara a entrega de caças de combate F-16 à Indonésia. Uma decisão de será reavaliada em Janeiro, devido à tensão política em Jacarta durante o mês de Julho. Um oficial americano, não identificado, defendeu a opção de venda dos caças, uama vez que "não seriam usados para reprimir dessidentes" e uma vez que a Indonésia já possui aparelhos do género.
Fonte: Associated Press

ARMAS E DIREITOS

7:9:96 Outro porta voz do Departamento de Estado norte-americano, John Dinger, comentava assim negócio dos F-16: "Sabemos que membros do Congresso manifestaram preocupação acerca da oportunidade da venda, depois dos eventos em Jacarta no último mês de Julho", mas a Administração mantém-se convicta de que "esta venda é do interesse nacional dos Estados Unidos e deve prosseguir". O que mereceu o seguinte comentário do senador por Vermont, Patrick Leahy: "A venda não deve prosseguir enquanto não houver uma indicação clara de que o Governo indonésio respeite os padrões internacionais de direitos humanos".
Fonte: New York Times

DITADURA COMPARADA

9:9:96 O CDPM, organização não governamental portuguesa, enviou uma carta a Megawati Sukarnoputri, comparando a actual conjuntura indonésia com a que foi vivida em Portugal antes da revolução de 1974 contra a ditadura. Lia-se no texto: "Só uma solução política e negociada, com respeito por todas as resoluções das Nações Unidas sobre o estatuto do território pode levar Timor-Leste e a Indonésia a um futuro de boas relações e de amizade".
Fonte: CDPM



ALATAS E GAMA

18/9/96 O Secretário-Geral das Nações Unidas, Butros Gali, anunciou uma nova ronda de conversações sobre Timor-Leste. Os chefes da diplomacia de Portugal e da Indonésia vão encontrar-se no dia 21 de Dezembro. O local do encontro ainda não foi divulgado.
Fonte: Lusa

VATICANO E DÍLI

11:9:96 O bispo timorense Ximenes Belo afirmou não ter ainda qualquer indicação do Vaticano sobre a possibilidade do estabelecimento de mais uma diocese em Díli.
Fonte: Jacarta Post

ALATAS E OS F-16

12:9:96 O ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas reagiu ao adiamento dos F-16 por parte de Washington, afrimando que "a Indonésia não aceita a preocupação norte-americana com os acontecimentos de Julho" como argumento para o adiamento.
Fonte: Kompas Online (Jacarta)

CAFÉ ECOLÓGICO

13:6:96 A qualidade do café timorense chamou a atenção dos operadores de produtos ecológicos, porque a invasão impediu os agricultores de usarem químicos e pesticidas, tornando-o um dos poucos grãos de café não poluídos.
Fonte: Revista Times

LIBERTAÇÕES

13:9:96 Foram libertadas 39 pessoas detidas durante as manifestações de Julho em Jacarta. Pelo menos três foram acusadas de subverssão, entre outras alegadas infracções ao Código Penal.
Fonte: Amnistia Internacional

FRONTEIRAS MARÍTIMAS

14:9:96 Austrália e Indonésia chegaram a acordo sobre a delimitação de fronteiras marítimas, depois de 25 anos de negociações. O acordo vai agora ser submetido à aprovação dos parlamentos de ambos os países. O ministro australiano dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Downer, espera que a assinatura formal se concretize "no futuro próximo".
Fonte: Singapore Press Holdings LTD.

EMBAIXADAS

17:9:96 Oito timorenses refugiados na embaixada francesa em Jacarta abandonaram o edifício num veículo da Cruz Vermelha Internacional. Para o efeito tiveram de saltar o muro da embaixada, localizada no centro da cidade. Desde Novembro último, foi a quarta vez que jovens tiomorenses procuraram refúgio na embaixada francesa em Jacarta. No mesmo período, foi a décima quarta invasão de uma embaixada estrangeira em Jacarta.

PRESSÃO DIPLOMÁTICA

15:9:96 O porta voz do ministério dos Negócios Estrangeiros neo-zelandês apresentou uma petição na embaixada indonésia em Wellington, pedindo a libertação dos manifestantes detidos desde a ocupação militar da sede do Partido Democrático Indonésio. A petição pedia ainda o reconhecimento de Megawati Sukarnoputri como legítima líder da oposição.
Fonte: Comité para a Independência de Timor-Leste (Nova Zelândia)

AJUDA JAPONESA

18:9:96 O grupo Australians for a Free Timor-Leste pressionou o primeiro ministro a discutir a ocupação do território durante a sua visita ao Japão. Houve protestos de rua que incluiram a queima de uma bandeira japonesa. Rob Wesley-Smith, líder do grupo, garante que o Japão é "o mais importante aliado da Indonésia, com mais de 2 biliões de dólares em ajuda financeira".
Fonte: Australian Brodcasting Corporation

CARRASCALÃO SAI

18/9/96 João Carrascalão rejeitou o convite do partido Golkar para manter o assento na Assembleia de Timor-Leste na próxima legislatura, entre 1997 e 2002. Numa carta enviada ao escritório regional do partido, João Carrascalão acusa o Poder estabelecido de "corrupção e ligações secretas", para além de lhe atribuir responsabilidades "no sofrimento do povo de Timor-Leste". Contudo, a carta não faz qualquer menção directa ao governador Abílio Osório Soares.
Fonte: Lusa

ABÍLIO DOA AOS SUHARTO

18:9:96 O governador de Timor-Leste, Abílio Osório Soares, planeia doar dois mil quilómetros quadrados de terra, cerca de 11 por cento da área total do território, a um dos filhos do presidente Suharto. Fontes da Agência Lusa em Díli garantem que Abílio Osório Soares tenta assim agradar o presidente indonésio, a fim de ser reeleito para os próximos cinco anos.
Fonte: Lusa

VISTOS NEGADOS

19:9:96 A Indonésia negou visto de entrada ao jogador de futebol português Pedro Xavier. Sediado em Hong Kong, o atleta pretendia participar na Copa dos Vencedores da Ásia, em representação do seu clube: South China. O empresário da equipe, Lee Yu-Wah, nascido em Macau e portador de passaporte português viu igualmente negado o pedido de visto.
Fonte: Lusa

PROTESTOS EM TÓQUIO

20:9:96 Membros do Grupo Tokio East Timor Association manifestaram-se durante a visita do primeiro ministro australiano ao Japão. Vestidos de preto, ostentavem cartazes com slogans do género: "Larguem o petróleo de Timor! Sem paz não há negócios! Dalai Lama, sim... Porque não Xanana Gusmão?

Interior

Cinatty

Hei-de chorar
as praias mansas de Tibar e Díli
as manhãs, mesas de bruma, de Lautém,
os horizontes transmarinhos de Dáre
as planicies agricolas
de Same e Suai.

Ao Tat-Mai-Lau,
o Avô dos Montes
hei-de subir
— e descer à chã verdade
que todos negoceiam,
a verdade — minto — que já tardam
os que por Timor não se esqueceram
pecando por atraso,
malícia, tibieza,
Timor e Timorenses isolados!

30/6/74, in Timor-Amor